



Câmara Municipal Valongo



Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2005 - 2008

Co-financiado



UNIÃO EUROPEIA



Governo da República Portuguesa



SEGURANÇA SOCIAL



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFOS)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VALONGO

Coordenação:

Júlia Mendes

Autoria:

Júlia Mendes

Lúcia Ramalho

Colaboração:

Adriano Aranda; Ana Amélia Coelho; Angelina Brandão; Angelina Ramalho; António Fernandes; Arnaldo Droux; Carla Moreira; Carlos Silva; Carlos Valente; Célia Almeida; Conceição Moreira; Elisa Teixeira; Fátima Rocha; Fernanda Varela; Fernando Neto; Francisco Parreira; Gracinda Pirraco; Helena Kock; Helena Lobo; Hermínia Pinto; Ilda Soares; Isabel Reis; José Manuel Macedo; Lisete Oliveira; Manuela Martins; Manuela Rocha; Marcelo Carneiro; Maria Fátima Vieira; Maria Trindade Vale; Paula Moreira; Raúl Alves; Rosa Branca; Rosa Maria Tavares; Rui Pedro Martins; Sérgio Inverneiro; Sofia Neiva; Susana Machado; Valdemar de Sousa; Virgínia Varandas; Vitor Moura Pinheiro; Vitor Sá

Entidades promotoras:

Câmara Municipal de Valongo

Conselho Local de Acção Social de Valongo

Entidades Financiadoras:

União Europeia - Fundo Social Europeu

Governo da República Portuguesa - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Valongo, Junho 2005

Documento aprovado por unanimidade pelo Conselho Local de Acção Social de Valongo, em Sessão Plenária a 14 de Setembro de 2005

ÍNDICE

Prefácio	4
Introdução	6
I. PDS: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	8
O PDS Integrado no Processo de Planeamento Estratégico	9
Etapas na Elaboração do PDS de Valongo	12
Coerência Externa	14
II. DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PDS	20
Breve Caracterização do Concelho de Valongo	21
III. EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	29
Eixo de Intervenção I - Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade	31
Eixo de Intervenção II – Intervenção Social	34
Eixo de Intervenção III - Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais	37
Eixo de Intervenção IV - Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional	40
IV. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PDS	43
O Plano de Acção Para 2005-2006	44
Planificação das Actividades	63
V. INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÃO	73
Indicadores de Qualidade	74
O Processo de Avaliação	80
BIBLIOGRAFIA	82
ANEXOS	84
Lista de Entidades Parceiras do CLAS de Valongo	85

Prefácio

A Câmara Municipal de Valongo teve a iniciativa de aderir à Implementação do Programa REDE SOCIAL no Concelho de Valongo com o objectivo de implementar, a nível concelhio, práticas articuladas de trabalho entre as diferentes instituições locais, porque acreditamos que os níveis de eficiência e eficácia das intervenções são substancialmente melhorados com o planeamento das intervenções e a congregação de esforços no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social.

Esta estratégia municipal de promover o envolvimento de todas as entidades e organizações públicas e privadas reflectiu-se na constituição de uma parceria alargada de instituições concelhias, o Conselho Local de Acção Social de Valongo, órgão que constitui uma plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social a nível concelhio e que congrega, neste momento, mais de 40 entidades.

A elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo foi um marco muito importante neste processo, tendo, por um lado, permitido o levantamento das necessidades, recursos e prioridades de intervenção concelhias e, por outro, promovido a participação e envolvimento dos diferentes agentes em todo o processo.

O Plano de Desenvolvimento Social para o período compreendido entre 2005 e 2008, que agora se apresenta, define os objectivos e estratégias prioritárias para a promoção do Desenvolvimento Sustentável do Concelho, no sentido de corrigir os problemas e necessidades diagnosticadas, utilizando os recursos e potencialidades locais.

É um instrumento inovador de orientação e enquadramento da intervenção social para o Concelho, tendo resultado, novamente, da participação e empenho das entidades e agentes de desenvolvimento locais, que não posso deixar de agradecer uma vez mais.

O desafio seguinte que se nos coloca prende-se com a operacionalização do PDS nos próximos 3 anos, através do cumprimento das actividades, alcançando os resultados e objectivos definidos para o nosso Concelho, rumo ao Desenvolvimento Sustentável.

Continuamos a contar com a participação de todos, pois é e será uma das principais preocupações desta Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo (Dr.)

A apresentação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo para os próximos 3 anos é o culminar de uma longa e rica caminhada, que agora se conclui.

O processo de Implementação do Programa REDE SOCIAL foi uma experiência extremamente enriquecedora, apenas possível devido à colaboração e empenho de todos os que acreditam que a erradicação de situações de pobreza e exclusão social é da responsabilidade de todos os que intervêm localmente, e que a congregação de sinergias é crucial para o desenvolvimento social do nosso Concelho.

Efectivamente, a criação do Conselho Local de Acção Social de Valongo de Valongo, composto por uma rede de instituições locais, permitiu a implementação de uma filosofia de parceria e subsidiariedade, que preconiza a necessidade de actuar junto da população na detecção e resolução dos problemas, articulando a acção dos diferentes agentes locais.

Este processo foi marcado, obviamente, por alguns avanços e recuos, não tendo sido tão célere como desejaríamos. No entanto enriqueceu-nos a todos, pessoal e institucionalmente, ao mostrar-nos que, trabalhando de mãos dadas e de forma planeada, as nossas intervenções obteriam mais e melhores resultados.

O Plano de Desenvolvimento Social, elaborado em conjunto e de forma participada, traça o caminho a seguir e os objectivos a atingir no sentido de resolver ou colmatar as necessidades identificadas, utilizando, os recursos e a potencialidades do nosso Concelho. São ainda definidas as actividades a desenvolver pelos diferentes parceiros, no próximo ano, no sentido de alcançar os objectivos traçados.

Não obstante a construção do PDS corresponder ao terminus do processo de Implementação da REDE SOCIAL no Concelho de Valongo, o caminho não termina aqui. É necessário continuar o trabalho, que ainda agora se iniciou, consolidando esta REDE de apoio social integrado. O processo de consolidação da REDE passa inequivocamente pela implementação do PDS, pelo cumprimento das actividades aqui definidas, no sentido de atingir os objectivos, com vista à promoção do desenvolvimento social do Concelho.

Uma vez mais apelo à colaboração de todos, com a qual posso certamente contar, deixando-vos o meu muito sincero obrigada.

A Presidente do Conselho Local de Acção Social de Valongo

Maria da Trindade Vale (Dra.)

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo, elaborado no âmbito da Implementação do Programa REDE SOCIAL, surge no seguimento do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo e constitui o primeiro instrumento de definição conjunta dos objectivos e estratégias prioritárias para a promoção do Desenvolvimento Sustentável do Concelho, no sentido de dar resposta aos problemas e necessidades diagnosticadas.

Constitui um dos instrumentos do planeamento integrado e visa definir, orientar e enquadrar a intervenção social para o Concelho nos próximos 3 anos, baseado numa lógica de participação, activação das parcerias e de desenvolvimento sustentável.

A elaboração deste documento resulta de um processo participado de definição de objectivos, estratégias e prioridades de intervenção, com base no Diagnóstico Social e a sua leitura e interpretação deve ser acompanhada, sempre que necessário, da consulta do documento Diagnóstico Social do Concelho de Valongo.

No primeiro capítulo procede-se ao **Enquadramento Metodológico** do Plano de Desenvolvimento Social, enquadrando-o nos princípios e metodologia do Programa REDE SOCIAL, e explanando as etapas de elaboração do PDS de Valongo, mais concretamente a metodologia utilizada. Além disso, ainda neste capítulo, é abordada a Coerência Externa, entendida como a articulação do Plano de Desenvolvimento Social com outros instrumentos de planeamento e coordenação de políticas de inclusão.

Na segunda parte é feita a apresentação do processo que vai do **Diagnóstico Social ao PDS**, com uma breve caracterização do Concelho, tendo-se compilado alguns dados constantes do Diagnóstico.

No capítulo III são explanados os diferentes **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Social** do PDS de Valongo, para o período compreendido entre 2005 e 2008:

- Eixo I - Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade
- Eixo II - Intervenção Social
- Eixo III - Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais
- Eixo IV - Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional

No Capítulo IV apresenta-se a **Operacionalização do PDS**, materializada no Plano de Acção 2005-2006, no qual estão definidos os resultados a obter e as actividades a realizar nesse período. Além disso estão também definidos os timings previstos para a concretização das actividades, bem como os parceiros responsáveis e a envolver nas diferentes actividades.

O Capítulo V, que se refere aos **Indicadores de Qualidade e Avaliação**, compreende uma grelha de critérios a considerar na análise técnica para a emissão de pareceres, critérios esses que contribuem também para a qualificação das intervenções. Compreende também o respectivo regulamento, bem como pistas para a operacionalização de cada critério. Um outro ponto deste capítulo prende-se com a **Avaliação**, procedendo-se à definição do modelo de avaliação deste Plano.

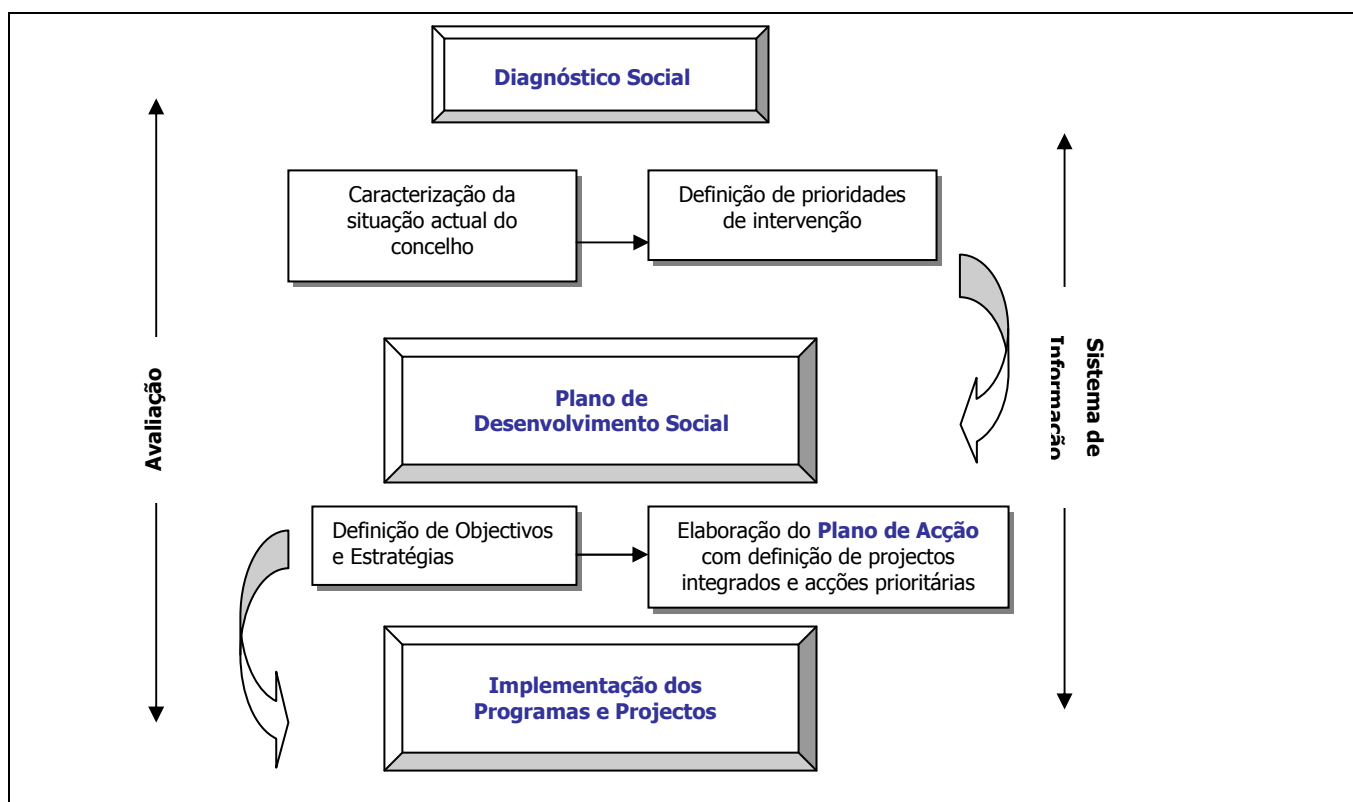
I. PDS: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O PDS INTEGRADO NO PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento de planeamento e gestão da intervenção local e insere-se **num processo de planeamento estratégico da intervenção social**, promovido pelo programa REDE SOCIAL.

A **Metodologia de Planeamento Estratégico**, na qual assenta a REDE SOCIAL, procura racionalizar e conferir maior eficácia à intervenção dos diferentes agentes, uma vez que o planeamento da intervenção é baseado em diagnósticos sociais locais participados, envolvendo todos os parceiros. Desta forma pretende-se contribuir para uma efectiva integração de projectos dos diferentes parceiros locais, numa acção concertada e coerente de Desenvolvimento Social Sustentável.

O esquema seguinte sintetiza a proposta metodológica do Programa:



Fonte: Brochura do Programa Rede Social

O Plano de Desenvolvimento Social, elaborado com base no Diagnóstico Social, **é um documento no qual se definem os objectivos e as estratégias capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e colectivos detectados, activando os recursos e potencialidades locais identificados no Diagnóstico Social.**

Pretende ser um “instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local (...)” traçando “(...) o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos Concelhos e Freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.” (IDS, 2002:15)

O PDS **visa enquadrar todas as intervenções locais**, quer sejam elaboradas no âmbito da sua operacionalização, através de Planos de Acção, quer sejam propostas fora do âmbito do Conselho Local de Acção Social (CLAS), **procurando assim vincular as iniciativas e intervenções de todos os agentes cuja actuação se repercute no desenvolvimento social dos Concelhos.**

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, resultando de um esforço de articulação entre vários parceiros, comporta imensas vantagens. Além de permitir integrar localmente as medidas e políticas nacionais e comunitárias, permite a racionalização dos recursos locais através da articulação das organizações, a rentabilização dos saberes dos técnicos locais na identificação dos problemas e definição de soluções e estratégias para a sua resolução, possibilitando ainda encontrar soluções inovadoras.

Além destas vantagens, o PDS permite ainda, do ponto de vista das instituições envolvidas, modificar as culturas institucionais, introduzindo hábitos de planeamento e avaliação e de trabalho em parceria; facilitar o acesso a recursos e informação que poderão suportar as suas intervenções; valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projecto de conjunto.

Em suma, o Plano de Desenvolvimento Social constitui uma etapa do processo de Planeamento Estratégico, que implica várias fases interligadas entre si: elaboração do **Diagnóstico Social** participado do Concelho, elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social**, operacionalização e concretização dos **Planos de Acção**, e definição do processo de **Avaliação**, que deve ser transversal a todo o processo de planeamento.

A sua operacionalização efectua-se com base em **Planos de Acção** anuais, com os quais se pretende responder a questões como *o que fazer* (escolha das actividades a realizar), *quando fazer* (calendarização das actividades), *quem faz o quê* (responsabilização dos parceiros pela execução das actividades), *como fazer* (definição dos meios a utilizar) e *onde fazer* (definição dos locais nos quais as actividades se realizam).

ETAPAS NA ELABORAÇÃO DO PDS DE VALONGO

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo surge como o primeiro instrumento de definição conjunta dos objectivos e estratégias prioritárias para a promoção do Desenvolvimento Social do concelho de Valongo, baseado numa lógica de desenvolvimento sustentável e de activação das parcerias, visando definir e orientar a intervenção social para o município nos próximos 3 anos (2005 – 2008), no sentido de dar resposta aos problemas e necessidades definidas no Diagnóstico Social do Concelho de Valongo.

Seguindo uma filosofia de participação e envolvimento dos diferentes agentes concelhios no processo de planeamento da intervenção social, à semelhança do que aconteceu na fase de elaboração do Diagnóstico Social, foram promovidos 4 Workshops para elaboração do Plano de Desenvolvimento Social. Estes Workshops realizaram-se em torno dos eixos prioritários de intervenção definidos com base nas prioridades definidas no diagnóstico.

Assim, foram definidos os seguintes Eixos Prioritários de Intervenção:

- Eixo I - Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade
- Eixo II - Intervenção Social
- Eixo III - Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais
- Eixo IV - Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional

Os Workshops contaram com a participação de diversos agentes locais, de técnicos a dirigentes de instituições locais, entre os quais os elementos dos Grupos Temáticos constituídos na fase de elaboração do Diagnóstico Social.

O instrumento de planeamento adoptado foi a **Matriz de Enquadramento Lógico – MEL¹** - que permitiu uma melhor organização das ideias, ao permitir a definição da hierarquia de objectivos (estratégicos e específicos), resultados e actividades, dos pressupostos ou condicionantes externos a ter em consideração e ainda ao facilitar o acompanhamento e avaliação da intervenção, com a definição de indicadores.

¹ Para aprofundamento da metodologia vide Ulrich Schiefer (2000) *MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação – Manual de Planeamento de Projecto* e European Commission (2004), *Project Cycle Management Guidelines – Volume 1*

Quadro 1 - Quadro Resumo da MEL

Objectivo Estratégico²	Indicadores³	Fontes de Verificação	
Objectivo Específico⁴	Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Resultados⁵	Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Actividades	Recursos	Custos	Factores Externos
			Pré-Condições

Nestes Workshops definiram-se e hierarquizaram-se os **objectivos estratégicos** e **específicos**, bem como as **estratégias⁶** para os alcançar, estabeleceram-se os **resultados** a atingir e as **actividades** a realizar no sentido de os atingir. Estabeleceram-se ainda os **indicadores objectivamente verificáveis** dos resultados e actividades, os **factores externos** que condicionam e influenciam o sucesso do Plano, bem como os **parceiros** envolvidos na operacionalização do PDS – Plano de Acção 2005-2006.

² Objectivo a médio e longo prazo para o qual a Intervenção contribui, não garantindo, por si só, o seu cumprimento; trata-se de descrever a situação futura após a resolução dos problemas.

³ Dados que medem, de forma objectiva, se os objectivos ou resultados foram alcançados e se as actividades foram executadas.

⁴ Objectivo que deve ser alcançado com a intervenção, por forma a contribuir para atingir o objectivo estratégico.

⁵ Outputs da intervenção, o que deverá ser obtido com a intervenção de forma a garantir que o Objectivo Específico é alcançado.

⁶ Apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objectivo estratégico, identificando os instrumentos ou recursos existentes que devam ser articulados com o Plano.

COERÊNCIA EXTERNA

O presente PDS, apesar de ser um instrumento de base concelhia, foi elaborado tendo em consideração outros instrumentos de planeamento de âmbito nacional, como o Plano Nacional de Emprego 2003-2006, o Plano Nacional de Saúde 2004-2010, o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2003-2006 e, de destacar, o PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Sendo o PNAI um instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas de inclusão social, teve-se como referência os objectivos, prioridades e metas inscritas neste Plano para a construção do PDS em Valongo. Assim, apresentam-se de seguida os objectivos transcritos do PNAI e um quadro com as metas que foram tidas em consideração na elaboração do PDS de Valongo com o PNAI, assinalando com uma cruz a correspondência entre a meta e o(s) eixo(s) estratégico(s) do PDS de Valongo em que esta articulação está presente. A ordem pela qual estão apresentadas as metas do PNAI correspondem à ordem pela qual são apresentados os objectivos no mesmo.

OBJECTIVOS DO PNAI:

1. PROMOVER A PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO E O ACESSO DE TODOS AOS RECURSOS, AOS DIREITOS, AOS BENS E SERVIÇOS

1.1. Promover a participação no emprego

a) Favorecer o acesso a um emprego duradouro e de qualidade para todas as mulheres e todos os homens em condições de trabalhar, através, nomeadamente:

- Da criação, para as pessoas que pertencem a grupos mais vulneráveis da população, de percursos de acompanhamento para o emprego e da mobilização, para o efeito, das políticas de formação;
- Do desenvolvimento de políticas que favoreçam a articulação entre a vida profissional e a vida familiar, inclusivamente em matéria de *cuidados com* crianças e *com* pessoas não autónomas;
- Da utilização de oportunidades de inserção e de emprego da economia social;

b) Prevenir as rupturas profissionais desenvolvendo a capacidade de inserção profissional graças à gestão dos recursos humanos, à organização do trabalho e à formação ao longo da vida.

1.2 Promover o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços

a) Organizar os sistemas de protecção social por forma a que:

- Contribuam para garantir a todas as pessoas os recursos necessários para viverem de acordo com a dignidade humana;
- Ajudem a superar os obstáculos à aceitação de emprego, assegurando que o acesso ao emprego se traduza num aumento do rendimento e favorecendo a capacidade de inserção profissional;

b) Criar políticas que tenham como objectivo o acesso de cada pessoa a uma habitação decente e salubre, bem como aos serviços essenciais necessários, atendendo ao contexto local e a uma existência normal nessa habitação (electricidade, água, aquecimento...).

c) Criar políticas que tenham por objectivo o acesso de todas as pessoas aos cuidados de saúde necessários, inclusivamente em caso de falta de autonomia.

d) Desenvolver, à atenção das pessoas em causa, prestações, serviços ou acções de acompanhamento que permitam um acesso efectivo à educação, à justiça e aos demais serviços públicos e privados, tais como a cultura, o desporto e os tempos livres.

2. PREVENIR OS RISCOS DE EXCLUSÃO

a) Explorar plenamente o potencial da sociedade do conhecimento e das novas tecnologias da informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando, nomeadamente, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiências.

b) Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão, nomeadamente no que se refere aos casos de sobreendividamento, à exclusão escolar ou à perda de habitação.

c) Desenvolver acções destinadas a preservar a solidariedade familiar sob todas as suas formas.

3. ACTUAR EM FAVOR DOS MAIS VULNERÁVEIS

a) Favorecer a integração social das mulheres e dos homens susceptíveis de se confrontarem com situações de pobreza persistente, devido, nomeadamente à sua deficiência ou à sua pertença a um grupo social com dificuldades de inserção especiais, como as que afectam os imigrantes.

- b) Tender para a eliminação das situações de exclusão social que atingem as crianças, e dar-lhes todas as oportunidades de uma boa inserção social.
- c) Desenvolver acções globais a favor dos territórios confrontados com a exclusão.

4. MOBILIZAR O CONJUNTO DOS INTERVENIENTES

- a) Promover, de acordo com as práticas nacionais, a participação e a expressão das pessoas em situação de exclusão, nomeadamente sobre a sua situação e sobre as políticas e acções desenvolvidas em sua intenção.
- b) Assegurar a integração da luta contra as exclusões no conjunto das políticas, através, nomeadamente:
 - Da mobilização conjunta das autoridades a nível nacional, regional e local, no respeito das respectivas competências;
 - Do desenvolvimento dos procedimentos e estruturas de coordenação adequados;
 - Da adaptação dos serviços administrativos e sociais às necessidades das pessoas em situação de exclusão e da sensibilização para essas necessidades dos intervenientes que actuam *in loco*.
- c) Promover o diálogo e a parceria entre todos os intervenientes públicos e privados em causa, através, nomeadamente:
 - Da implicação dos parceiros sociais, das organizações não governamentais e das organizações de serviços sociais, no respeito das respectivas competências em matéria de luta contra as exclusões;
 - Do incentivo à responsabilização e à acção por parte de todos os cidadãos na inclusão social;
 - Do incentivo à responsabilização social das empresas.

Quadro 2 – Articulação entre as Metas definidas no PNAI e os Eixos Estratégicos do PDS de Valongo

Metas do PNAI	EIXOS DO PDS			
	I	II	III	IV
Criar e desenvolver, até 2005, 30 acções inovadoras de orientação-formação-inserção, contemplando formas alternativas de formação escolar e profissional no contexto dos sistemas regulares	X			
Reduzir para metade, até 2010, o n.º de jovens entre os 18 e os 24 anos que apenas dispõem de 9 ou menos anos de escolaridade e não participam em acções de formação complementares; Aumentar a formação da população empregada para atingir, em cinco anos, 10% de formandos no total dos activos empregados, com equilíbrio entre os sexos Manter em formação pelo menos 20% dos desempregados	X			
Rever as medidas de emprego e formação profissional para pessoas com deficiência, até 2005		X		
Garantir a frequência da educação pré-escolar a: 100% das crianças de 5 anos de idade e a 75% das crianças de 3 e 4 anos, até 2006, construindo e equipando mais 1 800 salas nesse período			X	
Atingir uma taxa de cobertura média de 90% no grupo etário dos 3 aos 5 anos			X	
Certificar alunos em risco de abandonarem a escolaridade obrigatória ou que a abandonaram sem qualificação, conferindo qualificação profissional de nível I ou II, paralelamente a uma certificação escolar de 1º, 2º ou 3º Ciclo do Ensino Básico: 8 500 formandos com diploma de escolaridade básica, até 2003 e 15 000 até 2006	X			
Aprovar 500 projectos até 2006, que complementem o esforço de infra-estruturação de uma Rede Nacional de Educação Pré-escolar e das redes dos Ensinos Básico e Secundário			X	
Responder em 100% aos pedidos de mediadores/animadores por parte das escolas; Promover acções de formação na área das relações interpessoais para 10% dos Auxiliares de Acção Educativa; Aumentar em 20% os ginnodesportivos em escolas do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário; Incrementar a formação especializada de docentes; Criar um Centro de Recursos para apoio à educação especial	X			
Assegurar a provisão destes serviços (Serviços de Psicologia e Orientação) em todas as escolas	X			

Metas do PNAI	EIXOS DO PDS			
	I	II	III	IV
Aumentar 9 535 lugares na rede de serviços e equipamentos sociais, em 2003, distribuídos do seguinte modo: Infância e juventude - 2 997; Reabilitação e integração de pessoas com deficiência – 611; Idosos – 4 320; Família e comunidade – 1 393; Toxicodependentes – 13; Pessoas infectadas com HIV/Sida – 72; Novas Respostas (Pessoas em situação de dependência: Apoio Domiciliário Integrado e Unidade de Apoio Integrado) – 139		X	X	
Duplicar o número de idosos abrangidos por cuidados domiciliários e criar novos incentivos ao acolhimento de idosos nas próprias famílias			X	
Desenvolver, até 2005, pelo menos 10 iniciativas dirigidas à modernização e inovação organizacional				X
Responder às necessidades de informação, encaminhamento e acompanhamento das pessoas com deficiência, nas áreas da saúde, educação, Segurança social, emprego, habitação, transportes, tempos livres e outros sectores da Administração Pública e do tecido empresarial		X		
Prestar ajuda alimentar a pessoas, famílias e utentes de instituições, cobrindo uma média de 650 000 pessoas / ano		X		
Prevenir 1 000 situações de risco de trabalho infantil (abandono escolar duradouro) por ano, através da inclusão em percursos educativos e formativos	X			
Qualificar a intervenção dirigida a 15 000 crianças e jovens com deficiência ou em situação de risco em projectos do Programa Ser Criança		X		X
Criar condições para que, até 2005, todos os menores que abandonarem precocemente a escola sejam reintegrados em medidas específicas da educação, por forma a completarem a escolaridade obrigatória	X			
Formar 160 técnicos ao nível metodológico da abordagem centrada na família (2 técnicos por IPSS)				X
Envolver, até 2005, pelo menos 50 organizações em acções dirigidas ao reforço da velocidade de partilha de informação e conhecimento e rapidez na aprendizagem				X
Criar/organizar 50 bancos locais de voluntariado, preferencialmente em parceria com as autarquias. Constituir um banco por Concelho				X

Metas do PNAI	EIXOS DO PDS			
	I	II	III	IV
Assegurar a realização de 50 acções de formação, para voluntários, que abranjam 1 000 pessoas/ ano, até 2005				X
Assegurar apoio técnico a organizações promotoras de voluntariado, através da disponibilização de informações e publicações relevantes para a formação de voluntários(as)				X
Formar e Qualificar 1 260 agentes de desenvolvimento social, até 2005				X
Introduzir metodologias de planeamento participado, em 98 concelhos, até 2005				X
Reforçar e qualificar a actuação das CPCJ em todo o País através da dinamização de acções de formação e de modelos de intervenção na área da prevenção, introdução de metodologias de planeamento, organização e avaliação				X

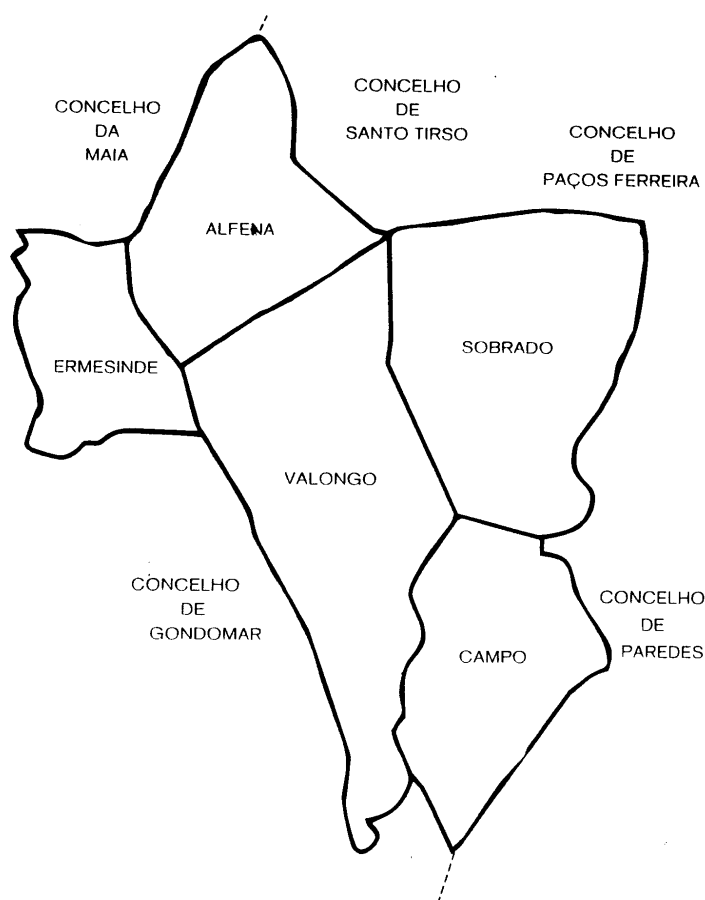
II. DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PDS

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE VALONGO

O Concelho de **Valongo** é parte integrante da **AMP**, que englobava, à data da realização do Diagnóstico Social, 9 Concelhos e que, actualmente se designa por GAMP (Grande Área Metropolitana do Porto) e que engloba 14 municípios: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, **Valongo**, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, S. João da Madeira e Trofa.

É constituído por 5 freguesias, designadamente, **Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo**, freguesia capital do Concelho. Abrange uma área de **75,7 Km²**, está limitado pelos Concelhos de Santo Tirso, Maia, Gondomar, Paredes e Paços de Ferreira e, segundo os resultados definitivos dos Censos 2001, tem **86.005 habitantes**.

Figura 1 – *Concelho de Valongo*



CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

- **População Residente** (2001): 86.005
 - 0-14 anos: **15.349 (17,8%)**
 - 15-24 anos: **13.060 (15,2%)**
 - 25-64 anos: **49.173 (57,2%)**
 - 65 ou + anos: **8.423 (9,8%)**

- **Crescimento Populacional** (1991-2001): **16%**

- **Crescimento Populacional** (1960-2001): **158,2%**

- **Área: 75,7 Km²**

- **Densidade Populacional** (2001): **1134,6hab/Km²**

- **Taxa de Crescimento Natural** (2001): **5,5‰**

- **Taxa de Nupcialidade** (2001): **6,4‰**

- **Taxa de Divórcio** (2001): **1,3‰**

- **Taxa de Fecundidade** (2001): **43,6‰**

- **Índice de Envelhecimento** (2001): **56,4%**

- **Índice de Rejuvenescimento da população activa** (2001): **186,1%**

- **Índice de Sustentabilidade Potencial** (2001): **7,4**

- **Estado Civil**
 - Solteiro(a): **38,2%**
 - Casado(a) com registo: **52,4%**
 - Casado(a) sem registo: **2,4%**
 - Viúvo(a): **4,7%**
 - Separado(a): **0,7%**
 - Divorciado(a): **1,6%**

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Número de empresas localizadas no Concelho (2005): 2751**
 - Alfena: 436
 - Campo: 240
 - Ermesinde: 1159
 - Sobrado: 227
 - Valongo: 689
- **Total de activos nas empresas do Concelho (2005): 19.482**
- **Empresas segundo sector de actividade (2005):**
 - Primário: **0,7%**
 - Secundário: **38%**
 - Terciário: **61%**
- **População economicamente activa (2001): 45.186**
- **Taxa de actividade (2001): 52,5%**
 - Feminina: **46,6%**
 - Masculina: **58,8%**
- **Taxa de desemprego (2001): 7,3%**
 - Feminina: **9,2%**
 - Masculina: **5,8%**
- **Número de desempregados inscritos no Centro de Emprego (Dez.2004): 6.167**
 - **Por tempo de inscrição:**
 - Menos de 1 ano: **3397**
 - 1 ano e mais: **2770**
 - **Por Níveis de escolaridade:**
 - Nenhum: **3,9%**
 - 1.º Ciclo: **34,7%**
 - 2.º Ciclo: **26,2%**
 - 3.º Ciclo: **14,1%**
 - Secundário: **15,2%**
 - Superior: **5,8%**
 - **Por Grupo Etário:**
 - < 25 anos: **16,1%**
 - 25- 44 anos: **26,9%**
 - 45-54 anos: **41,2%**
 - 55 e + anos: **15,8%**

FAMÍLIA E INTERVENÇÃO SOCIAL

- **Número de famílias residentes no Concelho (2001): 28.070**
 - Alfena: **4.466**
 - Campo: **2.639**
 - Ermesinde: **12.935**
 - Sobrado: **1.948**
 - Valongo: **6.082**
- **Variação do n.º de famílias entre 1991/2001: +31,3%**
- **Indicador de Poder de Compra *per Capita*: 93,69**
- **Beneficiários de pensões da segurança social (2002): 15.813**
- **N.º de pensionistas por cada residente activo (2001): 0,38**
- **Beneficiários de RMG/RSI (2003): 5.145**
- **N.º de beneficiários de RMG/RSI por 100 residentes (2003): 6**
- **Processos activos na CPCJ de Valongo (2004): 333**
- **Problemáticas dominantes na CPCJ de Valongo: negligência e abandono escolar**
- **Ocorrências de Violência Doméstica sinalizadas à PSP e GNR (2003): 181**
- **Taxa de cobertura dos equipamentos Creche e Creche Familiar (2004): 15,5%**
 - Alfena: **12,8%**
 - Campo: **11,3%**
 - Ermesinde: **17,1%**
 - Sobrado: **15,2%**
 - Valongo: **16,4%**
- **Taxa de cobertura dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (2004): 77,6%**
 - Alfena: **71%**
 - Campo: **100%**
 - Ermesinde: **77,4%**
 - Sobrado: **84,1%**
 - Valongo: **70,4%**

- **Taxa de cobertura dos Centros de Actividades de Tempos Livres (2004): 18%**
 - Alfena: **8,6%**
 - Campo: **35,8%**
 - Ermesinde: **23,9%**
 - Sobrado: **4,8%**
 - Valongo: **8,9%**
- **Taxa de cobertura dos Lares para Idosos (2004): 2,5%**
- **Taxa de cobertura dos Serviços de Apoio Domiciliário (2004): 2,2%**
- **Taxa de cobertura dos Centros de Dia (2004): 1,9%**
- **Taxa de cobertura dos Equipamentos/Serviços para Idosos (2004): 6,7%**
 - Alfena: **10,6%**
 - Campo: **4,5%**
 - Ermesinde: **6,2%**
 - Sobrado: **3,2%**
 - Valongo: **7,3%**
- **População com deficiência (2001): 5140, representando 5,9% da população residente**
- **Crianças/jovens com Necessidades Educativas Especiais (2004/2005): 465**
- **Unidades de Intervenção Especializada: 13**

SAÚDE E COMPORTAMENTOS DE RISCO

- **Taxa de Natalidade (2001): 12,3‰**
- **Taxa de Mortalidade (2001): 6,8‰**
- **Médicos por 1000 habitantes (2001): 2,5**
- **N.º de utentes com médico de família (2003): 75.136**
- **N.º de utentes sem médico de família (2003): 16.817, 18,3% do total dos utentes**
- **N.º doentes activos do Centro Regional de Alcoologia do Norte residentes em Valongo (2003): 99**
- **N.º de doentes activos nos CAT's residentes em Valongo (1.º semestre 2004): 384**
- **N.º de casos de gravidez na adolescência (2004): 32**
- **N.º de doentes activos na consulta de psiquiatria, no Hospital N.ª Sr.ª da Conceição de Valongo (2003): 3703**
- **N.º de casos novos de tuberculose (2004) :61**
- **Taxa de incidência tuberculose (2004): 70,9/100.000Hab**
 - Alfena: **73,2/100.000Hab**
 - Campo: **104,1/100.000Hab**
 - Ermesinde: **62,6/100.000Hab**
 - Sobrado: **44,9/100.000Hab**
 - Valongo: **80,2/100.000Hab**
- **N.º de doentes acamados com cuidados de enfermagem ao domicílio (2004): 129**

EDUCAÇÃO

- **Nível de Instrução da população residente (2001):**
 - Nenhum: **11,6%**
 - 1.º Ciclo: **35,5%**
 - 2.º Ciclo: **14,4%**
 - 3.º Ciclo: **11,7%**
 - Ensino Secundário: **17,1%**
 - Ensino Médio: **0,6%**
 - Ensino Superior: **9,1%**
- **População Escolar da Rede Pública (2003/2004):**
 - Pré-Escolar: **1.080**
 - 1.º Ciclo: **3.947**
 - 2.º Ciclo: **2.441**
 - 3.º Ciclo: **3.366**
 - Ensino Secundário: **1.899**
 - Escolas Profissionais: **127**
- **N.º de Estabelecimentos de Ensino (2003/2004):**
 - Públicos: **37**
 - Privados: **6**
- **N.º de Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública (2003/2004):**
 - 1.º Ciclo: **27**
 - E.B. 2,3: **6**
 - Secundárias: **3**
 - Profissional: **1**
- **Taxa de analfabetismo (2001): 5%**
- **Taxa de retenção no Ensino Básico (1999/2000): 14,1%**
- **Taxa de abandono escolar (2001): 3%**
- **Taxa de saída antecipada (2001): 24,9%**
- **Taxa de saída precoce (2001): 44,9%**
- **N.º de SPO's em Escolas do Concelho (2004-2005): 1**
- **Escolas com cantina ou refeitório (2004-2005): 83%**

HABITAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA

- **N.º de alojamentos familiares (2001): 33.455**
 - Alfena: **5.237**
 - Campo: **2.936**
 - Ermesinde: **15.298**
 - Sobrado: **2.166**
 - Valongo: **7.818**
- **Variação do n.º de alojamentos familiares (1991-2001): +43,6%**
- **Famílias Clássicas por alojamento (2001): 0,84**
- **Sobrelocação dos alojamentos clássicos (2001): 20,25%**
- **Média de encargos com habitação arrendada (2001): 108€**
- **Média de encargos com habitação própria (2001): 323€**
- **N.º de processos inscritos no Fichero Activo de Procura de Habitação para Arrendamento Social da CMV (Outubro 2004): 759**
- **N.º de fogos do Parque Habitacional Municipal: 1130**
 - Alfena: **129**
 - Campo: **116**
 - Ermesinde: **481**
 - Sobrado: **76**
 - Valongo: **328**
- **N.º de crimes contra o Património registados (2003): 2040**
 - GNR: **576**
 - PSP: **1464**
- **N.º de acidentes registados (2003): 1085**
 - GNR: **476**
 - PSP: **609**

III. EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Na definição dos Eixos Estratégicos de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Social foram consideradas as Prioridades de Intervenção definidas no Diagnóstico Social, tendo-se procedido ao agrupamento de alguns problemas incluídos em diferentes Domínios de Intervenção do Diagnóstico, pelo que os Eixos não coincidem exactamente com os Domínios de Intervenção.

O quadro seguinte ilustra os problemas agrupados em cada Eixo Estratégico de Intervenção, de acordo com a prioridade em que se incluem.

Quadro 3 – Eixos Estratégicos de Intervenção

Eixos Estratégicos de Intervenção	Problemas	Prioridades
Eixo I – Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade	Absentismo Escolar Insucesso Escolar Abandono Escolar Baixos níveis de qualificação escolar e profissional Falta de motivação dos jovens face à escola	Prioridade I
	Trabalho Precário Desemprego Falta de comunicação entre o sistema produtivo e o Mercado de Emprego Falta de SPO's nas Escolas Insuficiência de Recursos materiais e humanos nas escolas	Prioridade II
Eixo II - Intervenção Social	Crianças e Jovens em Perigo Doenças infecto-contagiosas Insuficiência ao nível das Acessibilidades Dificuldades na integração sócio-profissional das pessoas com deficiência	Prioridade I
	Precariedade Económica Violência Familiar Alcoolismo/Toxicod dependência	Prioridade II
Eixo III – Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais	Ausência de Equipamentos Sociais para pessoas com deficiência	Prioridade I
	Insuficiência de Equipamentos/Respostas Sociais para a Infância e Juventude Inexistência de Respostas Sociais na área da saúde mental Falta de cuidados continuados em várias áreas da saúde	Prioridade II
	Insuficiência de Respostas/Equipamentos Sociais e Lúdico-Ocupacionais para a população idosa	Prioridade III
Eixo IV - Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional	Dificuldades de articulação e comunicação inter e intra-institucional Modelos de Gestão "caseiros" Ausência de planeamento e avaliação das intervenções Insuficiente difusão de informação Pouco voluntariado nas instituições de solidariedade social	Prioridade I
	Insuficiência ao nível da formação dos técnicos em áreas específicas de intervenção	Prioridade II

EIXO DE INTERVENÇÃO I - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

O Eixo de Intervenção I – Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade – remete-nos para os problemas do **desemprego** e **trabalho precário**, que funcionam por vezes como o motor de tantos outros problemas a nível psicológico, social e familiar. Daí ser fundamental, ao nível do Plano de Desenvolvimento Social, favorecer a inserção profissional da população residente no Concelho de Valongo.

Mas actuar ao nível do emprego implica necessariamente intervir ao nível das **qualificações escolares e profissionais**, quer da população activa, especialmente dos desempregados, quer dos jovens, futuros potenciais trabalhadores. Entendendo-se que os baixos níveis de escolaridade se encontram na base dos problemas ao nível da inserção profissional, e que decorrem de fenómenos como o **abandono escolar** e a **saída antecipada e precoce** da escola, bem como da **falta de motivação dos jovens face à escola**, considerou-se pertinente actuar articuladamente nas relações de causalidade e reciprocidade destes problemas.

Assim, pretende-se por um lado, actuar ao nível do abandono escolar, reduzindo as taxas de abandono escolar e de saída precoce e trabalhando questões de motivação dos jovens face à escola (associada à falta de recursos materiais e humanos nas escolas). Por outro lado, pretende-se intervir ao nível da formação profissional, quer fomentando a participação de activos pouco qualificados, quer contribuindo para uma maior adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de emprego locais.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO:

Elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional da população residente até final de 2008

ESTRATÉGIA:

Actuar ao nível da prevenção do abandono escolar e saída precoce bem como ao nível do aumento da qualificação de activos empregados e desempregados

Instrumentos:

- Cursos de Educação e Formação de Jovens (Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 12 de Abril)
- Serviços de Psicologia e Orientação (Decreto - Lei n.º 190/91 de 17 de Maio)
- PRODEP III
- PETI – Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
- Ensino Profissional
- Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
- Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
- Ensino Recorrente
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- POEFDS
- Plano Nacional de Emprego

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

1. Redução da taxa de abandono escolar em 25% até final de 2008

*Sendo a taxa de abandono escolar de **3%**, (em 2001) com um universo de cerca de **191** crianças e jovens que abandonaram a escola sem concluir o 3.º ciclo, reduzir em 25% significa reduzir o n.º em cerca de **45** jovens.*

2. Redução da taxa de saída precoce em 10% até final de 2008

*A taxa de saída precoce era, em 2001, de **44,9%**, ou seja cerca de **4268** jovens com idade entre os 18 e os 24 anos não concluíram o ensino secundário. Reduzir esta taxa em 10% significa diminuir o n.º em cerca de **427** jovens.*

3. Aumentar os níveis de qualificação profissional em 5% da população activa empregada até final de 2008

*Significa aumentar os níveis de qualificação profissional em cerca de **2093** activos empregados.*

4. Aumentar os níveis de qualificação profissional e escolar em 10% da população activa desempregada até final de 2008

*Significa aumentar os níveis de qualificação profissional e escolar em cerca de **617** activos desempregados.*

5. Minimizar os efeitos da insuficiência dos recursos humanos nas escolas, até final de 2008

6. Até final de 2007, existe articulação entre as diferentes entidades formadoras, o IIEFP e os Empresários do Concelho na elaboração de Planos de Formação relativamente aos principais sectores de actividade do Concelho

EIXO DE INTERVENÇÃO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Com a definição do Eixo II - **Intervenção Social** – pretende-se actuar ao nível de diversos problemas como a Precariedade Económica, as Crianças e Jovens em Perigo, o Alcoolismo e a Toxicodependência, as Doenças infecto-contagiosas, mais especificamente a Tuberculose, a Violência Familiar e dificuldades de integração das pessoas com deficiência.

Alguns destes problemas atingem, cumulativamente, algumas famílias residentes no Concelho de Valongo pelo que actuar ao nível da sua resolução ou atenuação revela-se premente.

Pretende-se, com a intervenção integrada e articulada, contribuir para a redução do número de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade bio-psico-social, actuando preventivamente ao nível dos comportamentos de risco e investindo no acompanhamento sistemático e articulado das pessoas em situação de elevada vulnerabilidade ou fragilidade social e pessoal.

Ao nível das Crianças e Jovens em Perigo, pretende-se por um lado, melhorar os níveis de protecção e actuação junto das crianças em acompanhamento pela CPCJ e EMAT, e por outro, actuar preventivamente, articulando com intervenções previstas noutros eixos de intervenção, como a redução do abandono escolar ou o aumento da rede de equipamentos para crianças e jovens.

A questão da Tuberculose, particularmente problemática no nosso Concelho, também merece uma atenção especial neste plano, tendo por objectivo a redução da taxa de incidência da doença.

No que respeita à violência familiar, à problemática do alcoolismo e toxicodependência, sente-se a necessidade de aprofundar conhecimentos acerca dos fenómenos, bem como criar e/ou aumentar respostas de acompanhamento.

Também no que respeita à deficiência, surge a necessidade de, primeiramente, conhecer as especificidades no Concelho, bem como eliminar as barreiras arquitectónicas existentes e fomentar a inserção profissional das pessoas com deficiência.

Por último, e associada a muitos dos problemas enunciados anteriormente, surge o problema da precariedade económica, o qual a intervenção aos mais diversos níveis tenta atenuar.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO:

Redução do número de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade bio-psico-social até final de 2008

ESTRATÉGIA:

Actuar preventivamente ao nível dos comportamentos de risco e investir no acompanhamento sistemático e articulado das pessoas em situação de elevada vulnerabilidade bio-psico-social

Instrumentos:

- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - CPCJ
- Programa Ser Criança
- PETI
- PNAI
- Rendimento Social de Inserção
- AMI
- Banco Alimentar Contra a Fome
- Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
- PROGRIDE – Medida II
- Plano Nacional de Saúde
- Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

1. Melhorar os níveis de protecção e actuação junto de 10% das crianças e jovens com processo de promoção e protecção

*Implica um universo de cerca de **43** crianças/jovens*

2. Até ao final de 2008 reduzir a taxa de incidência de tuberculose

3. Até final de 2008 eliminar as barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios públicos

4. Até final de 2008 integrar profissionalmente x% de pessoas com deficiência

A definição da percentagem só será possível após o levantamento do n.º de pessoas com deficiência em condições de integração profissional

5. Aumentar e melhorar o apoio a pessoas em situação de precariedade económica até ao final de 2008

6. Aumentar o apoio às situações de violência familiar até final de 2008

7. Aumentar o apoio às pessoas com problemática de alcoolismo e/ou toxicodependência e suas famílias até ao final de 2008

EIXO DE INTERVENÇÃO III - SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS

SOCIAIS

O **Eixo III - Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais**, remete-nos para a necessidade de proceder à criação, alargamento e/ou inovação dos diferentes Equipamentos e Respostas Sociais, com vista à obtenção de uma distribuição equitativa pelas diferentes freguesias, contribuindo para atingir a cobertura efectiva das necessidades de procura dos serviços, respostas e equipamentos sociais por parte da população residente no Concelho de Valongo.

No que respeita aos equipamentos e respostas para crianças e jovens, existe a necessidade de proceder ao alargamento da sua capacidade, preferencialmente nas freguesias que atingem uma taxa de cobertura mais reduzida, inferior à média registada no Concelho.

As respostas dirigidas à população idosa devem sofrer um processo de inovação, promovendo e facilitando cada vez mais a manutenção dos idosos no seio familiar.

Além disso revela-se fundamental a criação de respostas inexistentes mas cuja necessidade está comprovada, designadamente ao nível da deficiência, área na qual está prevista a abertura de equipamentos no concelho, da doença mental e dos cuidados continuados, áreas que se encontram actualmente completamente a descoberto.

OBJECTIVO estratégico:

Cobertura efectiva das necessidades de procura dos serviços, respostas e equipamentos sociais até final de 2008

ESTRATÉGIA:

Articular a intervenção das diferentes instituições com vista à satisfação das necessidades da população relativamente a equipamentos e respostas sociais

Instrumentos:

- Rede de Equipamentos e Serviços Sociais
- Instituto de Segurança Social, I.P.
- PIDDAC
- POEFDS
- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)
- Despacho Conjunto 407/98
- Plano Nacional de Cuidados Continuados em Saúde Mental (Saúde XXI)
- Plano Nacional de Saúde
- Rede de Cuidados Continuados (Decreto-Lei 281/2003 de 8 de Novembro)

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

1. Até ao final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 20,3% em equipamentos e respostas para crianças com idade inferior a 3 anos

20,3% é a taxa de cobertura destes equipamentos a nível nacional. Atendendo que a taxa de cobertura em Valongo é de 15,5%, aumentá-la para 20,3% significa vagas para mais 151 crianças.

2. Até final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 90% ao nível dos estabelecimentos de educação pré-escolar

É a meta estabelecida no PNAI, o que implica integrar mais 380 crianças.

3. Até ao final de 2008 atinge-se uma taxa de cobertura de 21% em Centros de Actividades de Tempos Livres

*É a taxa de cobertura média do país, o que implica vagas para mais **153** crianças.*

4. Até final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 9,7% em respostas e equipamentos para a população idosa

*É a taxa de cobertura média do país, o que implica vagas para mais **251** idosos nos diferentes equipamentos e respostas para idosos*

5. Até meados de 2006 funcionam estruturas de apoio à deficiência no Concelho de Valongo

6. Até final de 2008 existem estruturas de apoio a pessoas com doença mental Concelho de Valongo

7. Até final de 2008 existem estruturas de apoio a pessoas com necessidade de cuidados continuados no Concelho de Valongo

EIXO DE INTERVENÇÃO IV - PLANEAMENTO, GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

O **Eixo IV – Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional** – surge da natural necessidade de consolidar o trabalho e a metodologia do Programa REDE SOCIAL no Concelho de Valongo, no sentido de incentivar o aparecimento de novas formas de organização e novas práticas de trabalho. Pretende-se que as instituições concelhias tenham acesso e adoptem parâmetros de desenvolvimento organizacional aos mais diversos níveis.

Um dos objectivos prende-se com a necessidade de fomentar no Concelho intervenções articuladas e integradas, com vista à obtenção de melhores resultados e à racionalização dos recursos.

Outro parâmetro de desenvolvimento organizacional diz respeito à gestão da qualidade dos serviços prestados pelas diferentes instituições, bem como à adopção de instrumentos standard de planeamento e avaliação, que contribuem para a qualificação da intervenção.

Revela-se também fundamental divulgar a informação e os conhecimentos produzidos, fomentando a participação das entidades parceiras e da população e ainda o desenvolvimento do potencial humano das instituições, apostando na formação contínua dos técnicos.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO:

Até final de 2008 todas as instituições parceiras no CLAS têm acesso aos parâmetros de desenvolvimento organizacional

ESTRATÉGIA:

Divulgar a importância e a necessidade do funcionamento das parcerias e disseminar boas práticas com vista ao desenvolvimento social local

Instrumentos:

- REDE SOCIAL
- POEFDS
- EQUAL
- Promoção do Voluntariado

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- 1. Em finais de 2007 as intervenções no Concelho efectuem-se de forma articulada, integrada e racionalizada**

- 2. Em finais de 2008 está testado um modelo de gestão da qualidade para as IPSS's do Concelho**

- 3. Em finais de 2008 as instituições parceiras no CLAS têm acesso a instrumentos uniformizados de planeamento e avaliação**

- 4. Até final de 2008 as organizações concelhias e a população em geral têm acesso à informação e aos conhecimentos produzidos**

5. No final de 2007 existe voluntariado organizado nas instituições de solidariedade social

6. Até final de 2008, 25 técnicos de intervenção social no Concelho melhoram as suas competências técnicas específicas de intervenção social

IV. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PDS

O PLANO DE ACCÃO PARA 2005-2006

Após a definição do Plano de Desenvolvimento Social para 2005-2008 é importante e necessário estabelecer prioridades para o primeiro ano de implementação e operacionalização do PDS.

O Plano de Acção assenta num planeamento operacional, de curto e médio prazo, concorrendo para a concretização da intervenção planeada estrategicamente ao nível do PDS. Pressupõe o estabelecimento de objectivos a curto prazo, definindo os resultados desejáveis, as actividades a concretizar e os parceiros a envolver.

Com a aprovação do PDS de Valongo em Setembro de 2005, o Plano de Acção referente ao 1.º ano integra o período compreendido entre Outubro de 2005 e Dezembro de 2006.

Considerando que não é possível intervir, de imediato, no sentido de concretizar todos os objectivos definidos no PDS, o **Plano de Acção** apresentado de seguida **não contempla todos os objectivos expressos no PDS**. Além disso, é importante referir que **os objectivos específicos do Plano de Acção não coincidem com os objectivos específicos do PDS**, porque têm horizontes temporais diferentes, pelo que deverá ter-se em conta a numeração atribuída aos objectivos.

No sentido de facilitar a leitura, **apresenta-se de seguida um resumo da Matriz de Enquadramento Lógico – MEL** -, com a apresentação dos **objectivos específicos do Plano de Acção**, dos **resultados** e **actividades** a desenvolver bem como dos **indicadores** e **factores externos**, sendo que a planificação das actividades, com **cronograma** e identificação dos **responsáveis**, constitui um ponto autónomo deste capítulo.

A apresentação do Plano de Acção 2005-2006 está organizada de acordo com os Eixos de Intervenção identificados.

PLANO DE ACÇÃO 2005-2006

EIXO I - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Objectivo Específico do PDS: 1. Redução da taxa de abandono escolar em 25% até final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 1. Redução da taxa de abandono escolar em **10%** até final de 2006 (*significa 19 crianças/jovens*)

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
1.1 - Implementados cursos de educação e formação nas freguesias de Alfena, Campo e Sobrado	<p>1.1.1.- Reuniões com escolas do Concelho para informar das vantagens e importância da implementação de cursos de Educação e Formação</p> <p>1.1.2.- Realização de um Seminário para divulgação de boas práticas no âmbito da Educação e Formação</p>	<p>- Taxa de abandono escolar</p> <p>- N.º de crianças/jovens em situação de abandono ou em risco de abandono escolar</p> <p>- Escolas do Concelho com cursos de Educação e Formação em funcionamento</p> <p>- N.º de cursos de Educação e Formação em funcionamento no Concelho</p> <p>- Reuniões efectuadas com as Escolas</p> <p>- N.º de participantes nas reuniões</p> <p>- N.º de participantes no Seminário</p>	<p>- Participação/adesão das escolas</p> <p>- Financiamento do PRODEP</p>
1.2 - Todas as crianças/jovens em risco de exclusão escolar integrados em cursos de Educação e Formação	1.2.1.- Realização de acções de formação para professores no sentido de melhorar a intervenção junto de situações de risco de exclusão escolar	<p>- N.º de crianças/jovens integrados em cursos de educação e formação</p> <p>- N.º de acções de formação para professores</p> <p>- N.º de professores inseridos nas acções de formação</p>	<p>- Adesão das crianças/jovens e suas famílias</p> <p>- Participação dos professores</p>
1.3 - 10% (19) dos jovens em situação de abandono escolar (que abandonaram a escola sem concluir o 3.º ciclo) reintegrados em medidas específicas de educação ou formação - PIEF, Aprendizagem, etc.	<p>1.3.1.- Criação de um mecanismo de articulação e comunicação entre as escolas, a CPCJ e o Centro de Emprego de Valongo, no sentido de dar a conhecer as situações de abandono escolar</p> <p>1.3.2.- Reuniões com Escolas para implementação do PIEF</p> <p>1.3.3.- Acções de divulgação nas escolas sobre oferta formativa profissional</p> <p>1.3.4.- Realização de uma feira de orientação escolar e profissional</p>	<p>- N.º de crianças/jovens integrados no PIEF ou em cursos de Aprendizagem</p> <p>- N.º de sinalizações efectuadas pelas escolas ao Centro de Emprego</p> <p>- N.º de reuniões efectuadas</p> <p>- N.º de PIEF's em funcionamento no Concelho</p> <p>- N.º de acções de divulgação sobre oferta formativa profissional</p>	<p>- Aprovação do PETI</p>

EIXO I - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Objectivo Específico do PDS: 4. Aumentar os níveis de qualificação profissional e escolar em 10% da população activa desempregada até final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 4. Aumentar os níveis de qualificação profissional e escolar em **2,5%** da população activa desempregada (*significa 154 activos desempregados*)

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
4.1 – 60 desempregados não qualificados (com escolaridade inferior ao 6.º ano) integrados em acções de formação com certificação escolar e profissional	4.1.1 – Levantamento dos cursos EFA a funcionar no Concelho 4.1.2 – Divulgação dos cursos EFA junto do público-alvo	- Níveis de qualificação profissional e escolar da população desempregada - N.º de desempregados com qualificação inferior ao 6.º ano - N.º de desempregados com qualificação inferior ao 6.º ano integrados em cursos EFA no Concelho - N.º de cursos EFA a funcionar no Concelho	- Candidaturas para formação aprovadas - Adesão do público-alvo
4.2 – 40 desempregados não qualificados (com escolaridade inferior ao 6.º ano) a frequentar cursos de Ensino Recorrente	4.2.1 – Divulgação dos cursos de ensino recorrente junto do público-alvo	- N.º de desempregados com qualificação inferior ao 6.º ano integrados em cursos de Ensino Recorrente - N.º de turmas do Ensino Recorrente a funcionar no Concelho	
4.3 – 60 desempregados sem qualificação escolar com inscrição no Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências	4.3.1 – Selecção das pessoas a integrar no CRVCC 4.3.2 – Organização de turmas	- N.º de desempregados com qualificação inferior ao 6.º ano integrados em turmas do CRVCC - N.º de turmas CRVCC a funcionar	

EIXO I - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Objectivo Específico do PDS: 5. Minimizar os efeitos da insuficiência dos recursos humanos nas escolas, até final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 5. Obter uma melhor rentabilização dos recursos educativos do Concelho

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- Distribuição dos recursos educativos pelas diferentes escolas	
5.1 – Carta Educativa elaborada	5.1.1 – Recolha, compilação e tratamento de dados 5.1.2 – Redacção do documento Carta Educativa	- Carta Educativa	- Aprovação de candidaturas do IEFP e PRODEP - Continuidade dos Programas Ocupacionais do IEFP e do financiamento ao nível do PRODEP
5.2 - Integradas X pessoas nas escolas do 1.º ciclo (pessoal não docente) no ano lectivo 2006/2007	5.2.1 – Efectuar levantamento das necessidades ao nível dos recursos humanos nas escolas 5.2.2 – Efectuar candidaturas ao Centro de Emprego de Valongo ao abrigo dos Programas Ocupacionais 5.2.3 – Solicitar aos organismos competentes (Ministério da Educação) a colocação de auxiliares de acção educativa nas escolas	- N.º de candidaturas efectuadas - N.º de candidaturas aprovadas - N.º de desempregados integrados nas escolas ao abrigo dos Programas Ocupacionais - N.º de auxiliares de acção educativa colocados	
5.3 – Psicólogos em X escolas do Concelho	5.3.1 – Efectuar levantamento do n.º de escolas com Psicólogo 5.3.2 – Efectuar Candidatura ao PRODEP 5.3.3 – Solicitar aos organismos competentes (Ministério da Educação) a colocação de psicólogos nas escolas	- N.º de escolas com psicólogos - N.º de candidaturas efectuadas - N.º de candidaturas aprovadas - N.º de psicólogos colocados	

EIXO I - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Objectivo Específico do PDS: 6. Até final de 2007, existe articulação entre as diferentes entidades formadoras, o IIEFP e os Empresários do Concelho na elaboração de Planos de Formação relativamente aos principais sectores de actividade do Concelho

Obj. específico do Plano de Acção: 6. Elaboração de um Plano Local de Emprego até final de 2006

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
6.1 – Diagnóstico de necessidades de formação por parte das empresas do concelho dos principais sectores de actividade do Concelho	6.1.1 – Efectuar levantamento das necessidades de formação por parte das empresas do Concelho em alguns sectores de actividade	- Plano Local de Emprego - Diagnóstico de necessidades de formação	- Articulação das entidades formativas do Concelho
6.2 Efectuado levantamento de todas as ofertas de formação existentes no Concelho	6.2.1 – Efectuar levantamento de todas as ofertas de formação existentes no Concelho	- Existência de um quadro de oferta concelhia ao nível da formação profissional	
6.3 – Elaborado Plano Local de Emprego	6.3.1 – Reuniões entre as entidades formativas, o Centro de Emprego de Valongo e a Associação Empresarial de Valongo 6.3.2 – Elaboração de planos de formação das diferentes entidades articulados	- Plano Local de Emprego - N.º de reuniões efectuadas	

EIXO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Objectivo Específico do PDS: 1. Melhorar os níveis de protecção e actuação junto de 10% das crianças e jovens com processo de promoção e protecção

Obj. específico do Plano de Acção: 1. Até final de 2006 criar respostas que facilitem e possibilitem a aplicação de medidas de promoção e protecção em meio natural de vida e autonomia de vida a processos em acompanhamento pela CPCJ e EMAT

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
1.1 – Criada uma resposta residencial para o apoio para a autonomia de vida	1.1.1 – Celebrar protocolos para cedência de instalações para implementação de residência 1.1.2 – Estabelecimento de acordos de cooperação para a sustentabilidade da residência 1.1.3 – Selecção dos jovens para a residência	- Tipo de respostas criadas - Acordos celebrados - N.º de jovens integrados na residência	- Aprovação da Candidatura efectuada pela autarquia ao Programa Ser Criança
1.2 - 50 pais de crianças e jovens frequentam acções de educação parental	1.2.1 – Selecção das famílias com necessidades de intervenção mais imediatas 1.2.2 - Estruturação do programa de Educação Parental	- N.º de famílias seleccionadas - N.º de famílias a frequentarem acções de Educação Parental - N.º de acções de Educação Parental realizadas	
1.3 – Escola de pais a funcionar no Concelho	1.3.1 – Levantamento do n.º de escolas de pais a funcionar no Concelho e conhecimento da forma de funcionamento 1.3.2 – Reuniões com entidades que possam ser promotoras de Escolas de Pais	- N.º de Escolas de Pais a funcionar no Concelho - N.º de pais a frequentarem Escola de Pais	

EIXO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Objectivo Específico do PDS: 3. Até final de 2008 eliminar as barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios públicos

Obj. específico do Plano de Acção: 3. Até final de 2006 conhecer as barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios que recebem público

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- N.º e tipo de barreiras existentes nos edifícios que recebem público	
3.1 – Efectuado levantamento dos edifícios que recebem público e que têm barreiras arquitectónicas	3.1.1 – Criar uma equipa técnica responsável pela inventariação das barreiras existentes em edifícios que recebem público 3.1.2 - Elaboração de uma grelha de observação com base nas exigências do Decreto-Lei 123/97 e dos Regulamentos Municipais 3.1.3 – Efectuar inventariação dos edifícios que recebem público com barreiras arquitectónicas	- Elementos que integram a equipa técnica - Grelha de observação	- Colaboração das instituições cujos edifícios recebem público
3.2 – Efectuado levantamento dos edifícios que eliminaram barreiras nos últimos anos	3.2.1 – Efectuar levantamento dos processos de obras para eliminação de barreiras arquitectónicas nos últimos anos 3.2.2 – Efectuar levantamento das adaptações/obras para eliminação de barreiras efectuadas pela autarquia	- N.º e tipo de barreiras arquitectónicas eliminadas nos últimos anos	

Objectivo Específico do PDS: 4. Até final de 2008 integrar profissionalmente x% de pessoas com deficiência

Obj. específico do Plano de Acção: 4. Conhecer as especificidades da deficiência no Concelho até final de 2006

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- Estudo da problemática da deficiência no Concelho	
4.1 – Identificadas as pessoas com deficiência em condição de integração profissional	4.1.1 – Efectuar levantamento e caracterização das situações de pessoas com deficiência 4.1.2 – Efectuar levantamento das empresas que admitiram pessoas com deficiência	- N.º de pessoas com deficiência no Concelho com condições de integração profissional - N.º de empresas que admitiram pessoas com deficiência	- Disponibilização dos dados por parte das instituições

EIXO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Objectivo Específico do PDS: 5. Aumentar e melhorar o apoio a pessoas em situação de precariedade económica até ao final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 5. Alargamento em 10% do n.º de famílias beneficiárias da resposta Apoio Alimentar a carenciados, até final de 2006

		Indicadores	Factores Externos
		- N.º de famílias abrangidas pelo Programa Alimentar	
Resultados	Actividades		
5.1 – X famílias abrangidas pelo Programa	5.1.1 – Efectuar levantamento de todas as instituições que prestam este serviço no Concelho 5.1.2 – Reunião conjunta com todas as instituições para efectuar levantamento do número de famílias beneficiárias	- N.º de instituições que prestam o serviço no Concelho - N.º de famílias que recebiam apoios duplicados	- Concessão de apoios por parte da AMI e Banco Alimentar Contra a Fome

EIXO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Objectivo Específico do PDS: 6. Aumentar o apoio às situações de violência familiar até final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 6. Até final de 2006, criar respostas na área do acompanhamento e do acolhimento de vítimas de violência familiar

		Indicadores	Factores Externos
		- Respostas existentes no Concelho	
Resultados	Actividades		
6.1 – Criado Gabinete de Acompanhamento, Atendimento e informação a vítimas de violência familiar	6.1.1 – Reuniões com instituições que podem criar o Gabinete 6.1.2 – Efectuar candidatura ao Projecto Novo Rumo	- N.º de utentes que recorrem ao Gabinete	- Aprovação da Candidatura ao Projecto Novo Rumo
6.2 – Criado refúgio para vítimas de violência familiar	6.2.1 – Celebrar protocolos para cedência de instalações para implementação do refúgio 6.2.2 – Formalização de acordos e parcerias com instituições públicas e privadas (Lei do Mecenato), no sentido de dotar o espaço "Casa Refúgio de Emergência" de bens e equipamentos essenciais, bem como manter o seu funcionamento	- N.º de utentes acolhidos no refúgio	- Aprovação da Candidatura efectuada pela autarquia ao Progrida – Medida II
6.3 – Estudo/Conhecimento sobre o fenómeno no Concelho	6.3.1 – Elaboração de estudo sobre o fenómeno	- Documento produzido	- Aprovação da Candidatura efectuada pela autarquia ao Progrida – Medida II

EIXO II – INTERVENÇÃO SOCIAL

Objectivo Específico do PDS: 7. Aumentar o apoio às pessoas com problemática de alcoolismo e/ou toxicoddependência e suas famílias até ao final de 2008

Obj. específico do Plano de Acção: 7. Até final de 2006, conhecer as especificidades da problemática do alcoolismo e toxicoddependência do Concelho

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- Documento produzido	
7.1 – Identificados os agregados com problemáticas de alcoolismo e/ou toxicoddependência do Concelho	7.1.1 – Efectuar estudo sobre a problemática do alcoolismo e toxicoddependência no Concelho	- N.º de agregados identificados	- Abertura de nova fase de candidaturas
	7.1.2 – Efectuar candidatura ao Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicoddependências	- Candidatura efectuada	
7.2 – Os grupos de Auto-ajuda são divulgados junto dos agregados familiares identificados	7.2.1 – Divulgação dos Grupos de Auto-ajuda nas problemáticas aditivas existentes no Concelho	- Guia de Recursos	
7.3 – Comunidade de Inserção para indivíduos em programa terapêutico em funcionamento	7.3.1 – Conclusão da construção da Comunidade de Inserção 7.3.2 – Abertura da Comunidade de Inserção 7.3.3 – Divulgação da Comunidade de Inserção	- N.º de utentes da Comunidade de Inserção	

EIXO III– SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Objectivo Específico do PDS: 1. Até ao final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 20,3% em equipamentos e respostas para crianças com idade inferior a 3 anos

Obj. específico do Plano de Acção: 1. Até final de 2006, atingir a taxa de cobertura de 16,5% em equipamentos e respostas para crianças com idade inferior a 3 anos

		Indicadores	Factores Externos
		- Taxa de cobertura efectiva de equipamentos e respostas para crianças com idade inferior a 3 anos	
Resultados	Actividades		
1.1 – Criadas 32 vagas em creche ou amas (rede solidária), preferencialmente nas freguesias de Alfena e/ou Campo	1.1.1 – Criação do Programa de Amas na freguesia de Alfena 1.1.2 - Inventariação dos espaços físicos aptos ao alargamento da valência creche na Rede Solidária 1.1.3 - Análise das listas de espera das diferentes instituições 1.1.4 – Criação/alargamento de salas de creche (rede solidária) 1.1.5 – Alargamento do n.º de acordos de cooperação	- N.º de crianças em lista de espera - Amas em Alfena - N.º de crianças em amas/creche familiar - N.º de crianças em creche - N.º de acordos celebrados com a Segurança Social	- Aprovação da Segurança Social para celebração de acordos e criação de programa de amas - Financiamento através do PIDDAc ou Medida 5.6 do POEFDS - Espaços físicos disponíveis

EIXO III– SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Objectivo Específico do PDS: 2. Até final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 90% ao nível dos estabelecimentos de educação pré-escolar

Obj. específico do Plano de Acção: 2. Até final de 2006, aumentar para 80% a taxa de cobertura dos estabelecimentos de educação pré-escolar

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
<p>2.1 – Criadas vagas para 79 crianças em estabelecimentos de educação pré-escolar na rede pública ou solidária, preferencialmente nas freguesias de Alfena, Ermesinde e/ou Valongo</p> <p>2.2 – Todas as crianças com 5 anos estão integradas em estabelecimentos de educação pré-escolar</p>	<p>2.1.1 - Reuniões com IPSS's, Misericórdia e Jardins de Infância públicos</p> <p>2.1.2 - Análise das listas de espera das diferentes instituições</p> <p>2.1.3 - Inventariação dos espaços físicos aptos ao alargamento</p> <p>2.1.4 – Criação/alargamento de salas de educação pré-escolar (rede pública e solidária)</p>	<p>- Taxa de cobertura efectiva dos estabelecimentos da educação pré-escolar</p> <p>- N.º de crianças em lista de espera</p> <p>- N.º de crianças colocadas em estabelecimentos de educação pré-escolar</p> <p>- N.º de vagas criadas na rede pública e solidária</p> <p>- N.º de crianças com 5 anos colocadas em estabelecimentos de educação pré-escolar</p>	<p>- Financiamento do Ministério de Educação relativamente à criação de salas de educação pré-escolar na rede pública</p> <p>- Financiamento ao nível dos acordos de cooperação</p>

EIXO III– SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Objectivo Específico do PDS: 4. Até final de 2008 atinge-se a taxa de cobertura de 9,7% em respostas e equipamentos para a população idosa

Obj. específico do Plano de Acção: 4. Inovar e aumentar o n.º de respostas para idosos, ajustadas às necessidades de cada freguesia

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- Respostas criadas - Taxa de cobertura dos equipamentos e respostas para idosos	
4.1 – Criadas vagas no Serviço de Apoio Domiciliário, preferencialmente nas freguesias de Alfena e/ou Valongo	4.1.1 - Reuniões com IPSS's, Misericórdia e Segurança Social 4.1.2 - Análise das listas de espera das diferentes instituições 4.1.3 – Alargamento do n.º de acordos de cooperação para Serviço de Apoio Domiciliário	- N.º de Reuniões efectuadas - N.º de utentes em lista de espera - N.º de acordos celebrados - N.º de utentes de SAD	- Adesão das instituições parceiras - Financiamento da Segurança Social
4.2 – O serviço de apoio domiciliário prestado nas freguesias de Ermesinde, Campo e Sobrado é ajustado às necessidades dos idosos, designadamente à noite e fim-de-semana	4.2.1 – Efectuar levantamento das necessidades dos utentes do Serviço de Apoio Domiciliário nestas freguesias, bem como das pessoas em lista de espera 4.2.2 - Divulgação de experiências existentes em outros Concelhos 4.2.3 – Implementação do funcionamento do SAD ao fim-de-semana e noite nas freguesias de Campo e Sobrado	- N.º de idosos com necessidade de apoio à noite e/ou fim-de-semana - N.º de utentes com apoio alargado à noite e fim-de-semana	
4.3 – Centro de Noite em Campo em funcionamento	4.3.1 – Construção do Centro de Noite em Campo 4.3.2 – Divulgação do Centro de Noite 4.3.3 – Estabelecimento de acordos de cooperação	- N.º de utentes do Centro de Noite - N.º de acordos celebrados	
4.4 – Instalado o serviço de Telealarme numa das freguesias do Concelho	4.4.1 - Analisar a possibilidade de instalação de serviço de Telealarme no Concelho	- N.º de idosos a usufruírem do serviço	- Adesão dos idosos - Participação financeira do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)

EIXO III– SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Objectivo Específico do PDS: 5. Até meados de 2006 funcionam estruturas de apoio à deficiência no Concelho de Valongo

Obj. específico do Plano de Acção: 5. Aumentar as estruturas/respostas de apoio a pessoas com deficiência e suas famílias no Concelho

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
5.1 – Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e Residência do Centro Social de Alfena em funcionamento	5.1.1 – Divulgação das valências 5.1.2 – Abertura das valências	- Estruturas/Respostas criadas	
5.2 - 30 pessoas com deficiência integradas no CAO	5.2.1 – Integração dos utentes no CAO	- N.º de utentes do CAO de Alfena	
5.3 – 24 pessoas com deficiência integradas na Residência	5.3.1 – Integração dos utentes na Residência	- N.º de utentes da Residência de Alfena	
5.4 – Brochura com apoios existentes na área da deficiência	5.4.1 – Efectuar levantamento dos apoios na área da deficiência 5.4.2 – Divulgar brochura com apoios à deficiência	- Documento produzido	

EIXO III– SERVIÇOS, RESPOSTAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS			
Objectivo Específico do PDS: 7. Até final de 2008 existem estruturas de apoio a pessoas com necessidade de cuidados continuados no Concelho de Valongo			
Obj. específico do Plano de Acção: 7. Criar uma unidade de apoio domiciliário integrado no Concelho		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- Resposta criada	
7.1 – Criado um Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	7.1.1 – Reuniões com IPSS's, Hospital de Valongo, Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde e Segurança Social 7.1.2 – Candidatura ao Saúde XXI 7.1.3 – Estabelecimento de protocolo entre IPSS ou Misericórdia, Segurança Social e Hospital/Centro de Saúde, nos termos do Dec. Lei 281/2003	- N.º de reuniões efectuadas - Candidatura apresentada - Protocolo estabelecido	- Adesão das IPSS's ou Misericórdia - Financiamento da Segurança Social e Ministério da Saúde - Possibilidade de efectuar candidaturas ao Saúde XXI
7.2 – X dependentes têm acesso à prestação de cuidados continuados	7.2.1 – Efectuar levantamento do n.º de dependentes a necessitar da prestação de cuidados continuados 7.2.2 – Prestação do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado a X% dos utentes identificados	- N.º de dependentes que necessitam da prestação de cuidados continuados - N.º de dependentes a beneficiar do serviço de apoio domiciliário integrado	

EIXO IV– PLANEAMENTO, GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Objectivo Específico do PDS: 1. Em finais de 2007 as intervenções no Concelho efectuem-se de forma articulada, integrada e racionalizada

Obj. específico do Plano de Acção: 1. Implementar um Serviço de Atendimento Social Integrado (SASI) no Concelho

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
1.1 – Um SASI a funcionar nas freguesias Alfena e Ermesinde	1.1.1 - Reuniões com instituições com técnicos de Intervenção Social e com a Segurança Social 1.1.2 – Divulgação da experiência existente em Famalicão e Matosinhos 1.1.3 - Criação de um projecto piloto do SASI nas freguesias Alfena e Ermesinde 1.1.4 - Celebração de protocolos de colaboração entre as diferentes instituições e o CDSS	- Serviço de Atendimento Social Integrado (SASI) - N.º de reuniões - N.º de Instituições envolvidas - N.º de Técnicos envolvidos - Protocolos assinados	
1.2 - X% dos utentes beneficiários de RMG/RSI têm planos de inserção	1.2.1 – Levantamento dos processos de RMG/RSI sem planos de inserção 1.2.2. – Reuniões com instituições que têm protocolos com a Segurança Social no âmbito das equipas para trabalhar processo de RMG/RSI 1.2.3 – Distribuição de processos pelos técnicos afectos ao SASI	- N.º de processos de RMG/RSI sem planos de inserção - N.º de utentes do RMG/RSI com planos de inserção assinados - N.º de processos por Técnico	

EIXO IV– PLANEAMENTO, GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Objectivo Específico do PDS: 4. Até final de 2008 as organizações concelhias e a população em geral têm acesso à informação e aos conhecimentos produzidos

Obj. específico do Plano de Acção: 4. Em finais de 2006 está implementado um sistema de informação e comunicação

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
4.1 – Divulgados dados relativos à realidade Concelhia (Diagnóstico Social)	4.1.1 - Disponibilização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social na página de Internet da CMV	- Sistema de Informação e Comunicação - Dados relativos à REDE SOCIAL actualizados e disponibilizados na página de Internet da CMV - Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social na página de Internet da CMV	- Participação/colaboração das diferentes instituições que devem fornecer os dados
4.2 - Actualizados dados relativos à realidade concelhia	4.2.1 – Constituição de bateria de indicadores 4.2.2 - Actualização periódica dos dados relativos aos indicadores 4.2.3 – Disponibilização dos dados actualizados na página de Internet da CMV	- Bateria de indicadores - Informação actualizada, relativa aos indicadores definidos, disponível na página de Internet	
4.3 - Recursos Concelhios divulgados	4.3.1 - Edição do Guia de Recursos Local 4.3.2 - Organização de uma Feira "Quem é Quem"	- Guia de Recursos editado - N.º de instituições participantes na Feira "Quem é Quem"	

EIXO IV– PLANEAMENTO, GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Objectivo Específico do PDS: 5. No final de 2007 existe voluntariado organizado nas instituições de solidariedade social

Obj. específico do Plano de Acção: 5. Em finais de 2006 está criada uma Bolsa de Voluntariado

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades		
5.1 – Bolsa de Voluntários criada	5.1.1 – Identificação das necessidades das Instituições a complementar por voluntários 5.1.2 – Criação de equipa multidisciplinar responsável pela gestão da Bolsa de Voluntários 5.1.3 – Recrutamento e selecção de voluntários	- Bolsa de Voluntários - N.º de voluntários necessários - Equipa criada - N.º de voluntários seleccionados	
5.2 – 20 voluntários formados	5.2.1 Realização de acções de formação para voluntários	- Acções de formação realizadas - N.º de voluntários que frequentaram as acções - N.º de voluntários que concluíram as acções de formação	

EIXO IV– PLANEAMENTO, GESTÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Objectivo Específico do PDS: 6. Até final de 2008, 25 técnicos de intervenção social no Concelho melhoram as suas competências técnicas específicas de intervenção social

Obj. específico do Plano de Acção: 6. 30% dos Técnicos de intervenção social no Concelho aprofundam conhecimentos nas áreas das TIC, Crianças e Jovens em Perigo e/ou Violência Doméstica

		Indicadores	Factores Externos
Resultados	Actividades	- N.º de técnicos que frequentaram acções de formação - N.º de acções de formação realizadas (nas áreas referidas) - Técnicos que frequentaram pelo menos uma acção de formação	
6.1 – 30% dos técnicos de intervenção social frequentam acções de formação na área das TIC; 20% dos técnicos de intervenção social frequentam acções de formação na área da Violência Doméstica; 10% dos técnicos de intervenção social frequentam acções de formação na área das Crianças e Jovens em Perigo	6.1.1 – Levantamento e divulgação junto dos técnicos das acções de formação a desenvolver nestas áreas 6.1.2 – Selecção dos técnicos para as acções de formação 6.1.3 – Efectuar candidatura à medida 5.1 do POEFDS (Acção 5.1.2.3 - Formação e Qualificação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário)		- Realização de acções de formação nas áreas referidas - Adesão dos técnicos - Abertura de período de candidaturas

PLANIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES

No sentido de facilitar a leitura do Plano de Acção, que integra imensas componentes, apresenta-se de seguida, de forma autónoma, o esquema com a planificação das actividades, com a definição do cronograma, dos responsáveis e dos parceiros a envolver na execução de cada actividade.

As actividades são apresentadas de acordo com os Eixos Estratégicos e, na leitura da grelha que se apresenta de seguida, deve ter-se em consideração a numeração de cada actividade, que corresponde à numeração constante nos quadros anteriores.

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
Eixo I - Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade			
OBJ. ESPECÍFICO 1: REDUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO ESCOLAR EM 10% ATÉ FINAL DE 2006			
1.1.1.- Reuniões com escolas do Concelho para informar das vantagens e importância da implementação de cursos de Educação e Formação	Jan/06 – Fev/06	- CMV – Gabinete da Rede Social e Sector de Ensino	- Agrupamentos de Escolas - Escola Profissional de Valongo
1.1.2.- Realização de um Seminário para divulgação de boas práticas no âmbito da Educação e Formação	Jan/06 – Mar/06		
1.2.1.- Realização de acções de formação para professores no sentido de melhorar a intervenção junto de situações de risco de exclusão escolar	Jan/06 – Jun/06	- Centro de Formação de Escolas do Concelho	- CPCJ
1.3.1.- Criação de um mecanismo de articulação e comunicação entre as escolas, a CPCJ e o Centro de Emprego de Valongo, no sentido de dar a conhecer as situações de abandono escolar	Nov/05 – Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias - Centro de Emprego de Valongo - CPCJ - PETI
1.3.2.- Reuniões com Escolas para implementação do PIEF	Jan/06 – Fev/06	- CMV – Gabinete da Rede Social e Sector de Ensino	- PETI - Agrupamentos de Escolas - IPSS's - Centro de Emprego de Valongo
1.3.3.- Acções de divulgação nas escolas sobre oferta formativa profissional	Jan/06 – Jun/06	- CMV - ADOLESCER	- UNIVA's - Entidades formativas do Distrito do Porto
1.3.4.- Realização de uma feira de orientação escolar e profissional	Maio 06		- Centro de Emprego de Valongo
OBJ. ESPECÍFICO 4: AUMENTAR OS NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAR EM 2,5% DA POPULAÇÃO ACTIVA DESEMPREGADA			
4.1.1 – Levantamento dos cursos EFA a funcionar no Concelho	Out/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Direcção Geral de Formação Vocacional - Entidades formativas
4.1.2 – Divulgação dos cursos EFA junto do público-alvo	Nov/05 – Dez/05	- Centro de Emprego de Valongo	- Orientação Concelhia do Ensino Recorrente
4.2.1 – Divulgação dos cursos de ensino recorrente junto do público-alvo	Outubro 05	- Direcção Geral de Formação Vocacional	
4.3.1 – Selecção das pessoas a integrar no CRVCC	Outubro 05	- CRVCC - ADICE	- Centro de Emprego de Valongo
4.3.2 – Organização de turmas	Outubro 05		

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
OBJ. ESPECÍFICO 5: OBTER UMA MELHOR RENTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS EDUCATIVOS DO CONCELHO			
5.1.1 – Recolha, compilação e tratamento de dados	Out/05- Dez/05	- CMV – Sector de Ensino	- Conselho Municipal de Educação - DREN - Escolas Privadas - Entidades formativas - Escola Profissional
5.1.2 – Redacção do documento Carta Educativa	Out/05- Mar/06		
5.2.1 – Efectuar levantamento das necessidades ao nível dos recursos humanos nas escolas	Out/05- Dez/05	- CMV – Sector de Ensino - Agrupamentos de Escolas - Escolas Secundárias	- Centro de Emprego de Valongo
5.2.2 – Efectuar candidaturas ao Centro de Emprego de Valongo ao abrigo dos Programas Ocupacionais	Setembro 05		
5.2.3 – Solicitar aos organismos competentes (Ministério da Educação) a colocação de auxiliares de acção educativa nas escolas	Janeiro 06	- CMV – Sector de Ensino - Agrupamentos de Escolas	- Ministério da Educação /DREN
5.3.1 – Efectuar levantamento do n.º de escolas com Psicólogo	Out/05- Dez/05	- CMV – Sector de Ensino	- Agrupamentos de Escolas e Escolas secundárias
5.3.2 – Efectuar Candidatura ao PRODEP	No período de aberturas das candidaturas	- Agrupamentos de Escolas - Escolas secundárias	
5.3.3 – Solicitar aos organismos competentes (Ministério da Educação) a colocação de psicólogos nas escolas	Janeiro 06	- Agrupamentos de Escolas - Escolas Secundárias	- Ministério da Educação /DREN - Segurança Social - CMV - IPSS's
OBJ. ESPECÍFICO 6: ELABORAÇÃO DE UM PLANO LOCAL DE EMPREGO ATÉ FINAL DE 2006			
6.1.1 – Efectuar levantamento das necessidades de formação por parte das empresas do Concelho em alguns sectores de actividade	A definir	- CMV – Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores	- Centro de Emprego de Valongo - Associação Empresarial de Valongo - Empresas do Concelho
6.2.1 – Efectuar levantamento de todas as ofertas de formação existentes no Concelho	Out/05- Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Centro de Emprego de Valongo - Entidades formativas do Concelho
6.3.1 – Reuniões entre as entidades formativas, o Centro de Emprego de Valongo e a Associação Empresarial de Valongo	Out/05- Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social e Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores	- Centro de Emprego de Valongo - Entidades formativas - Associação Empresarial de Valongo
6.3.2 – Elaboração de planos de formação articulados das diferentes entidades	A partir de Jan/06		

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
Eixo II – Intervenção Social			
OBJ. ESPECÍFICO 1: ATÉ FINAL DE 2006 CRIAR RESPOSTAS QUE FACILITEM E POSSIBILITEM A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO EM MEIO NATURAL DE VIDA E AUTONOMIA DE VIDA A PROCESSOS EM ACOMPANHAMENTO PELA CPCJ E EMAT			
1.1.1 – Celebrar protocolos para cedência de instalações para implementação de residência	Dezembro 05	- CMV – DEASD - Vallis Habita - ADICE	- CPCJ - EMAT
1.1.2 – Estabelecimento de acordos de cooperação para a sustentabilidade da residência	Jan/06-Mar/06	- CMV – DEASD	- CPCJ
1.1.3 – Selecção dos jovens para a residência	Abr/06-Dez/06	- Segurança Social	- EMAT
1.2.1 – Selecção das famílias com necessidades de intervenção mais imediatas	Out/05-Dez/05	- CMV – DEASD	- CPCJ
1.2.2 - Estruturação do programa de Educação Parental	Fev/06-Dez/06	- ADICE	- EMAT
1.3.1 – Levantamento do n.º de escolas de pais a funcionar no Concelho e conhecimento da forma de funcionamento	Out/05-Dez/05	CMV – Gabinete da Rede Social	- CPCJ - FAPEVAL
1.3.2 – Reuniões com entidades que possam ser promotoras de Escolas de Pais	Março 06		
OBJ. ESPECÍFICO 3: ATÉ FINAL DE 2006 CONHECER AS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS EXISTENTES NOS EDIFÍCIOS QUE RECEBEM PÚBLICO			
3.1.1 – Criar uma equipa técnica responsável pela inventariação das barreiras existentes em edifícios que recebem público	Nov/05-Dez/05	- CMV – DOVM, DGU, DSU, DAF	- CMV – Gabinete da Rede Social - Instituições cujos edifícios recebem público
3.1.2 - Elaboração de uma grelha de observação com base nas exigências do Decreto-Lei 123/97 e dos Regulamentos Municipais	Jan/06-Fev/06		
3.1.3 – Efectuar inventariação dos edifícios que recebem público com barreiras arquitectónicas	Até final de 2006		
3.2.1 – Efectuar levantamento dos processos de obras para eliminação de barreiras arquitectónicas nos últimos anos	Até final de 2006		
3.2.2 – Efectuar levantamento das adaptações/obras para eliminação de barreiras efectuadas pela autarquia	Até final de 2006		
OBJ. ESPECÍFICO 4: CONHECER AS ESPECIFICIDADES DA DEFICIÊNCIA NO CONCELHO ATÉ FINAL DE 2006			
4.1.1 – Efectuar levantamento e caracterização das situações de pessoas com deficiência	Out/05-Mar/06	- CMV - DAS	- AADEVA - Centro de Reabilitação da Areosa - Instituições de apoio à deficiência
4.1.2 – Efectuar levantamento das empresas que admitiram pessoas com deficiência	Out/05-Mar/06	- Centro de Emprego de Valongo	

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
OBJ. ESPECÍFICO 5: ALARGAMENTO EM 10% DO N.º DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA RESPOSTA APOIO ALIMENTAR A CARENCIADOS, ATÉ FINAL DE 2006			
5.1.1 – Efectuar levantamento de todas as instituições que prestam este serviço no Concelho	Out/05-Dez/05	-ADICE	- Segurança Social - Instituições que prestam apoio - CMV - DAS
5.1.2 – Reunião conjunta com todas as instituições para efectuar levantamento do número de famílias beneficiárias	Janeiro 06		
OBJ. ESPECÍFICO 6: ATÉ FINAL DE 2006, CRIAR RESPOSTAS NA ÁREA DO ACOMPANHAMENTO E DO ACOLHIMENTO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FAMILIAR			
6.1.1 – Reuniões com instituições que podem criar o Gabinete	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Juntas de Freguesia
6.1.2 – Efectuar candidatura ao Projecto Novo Rumo	Out/05-Dez/05	- CMV – DAS ou Junta de Freguesia	- Soroptimist Internacional do Porto “Invicta” - CIDM
6.2.1 – Celebrar protocolos para cedência de instalações para implementação do refúgio	Out/05-Dez/05	- CMV – DAS - ADICE	- Vallis Habita
6.2.2 – Formalização de acordos e parcerias com instituições públicas e privadas (Lei do Mecenato), no sentido de dotar o espaço “Casa Refúgio de Emergência” de bens e equipamentos essenciais, bem como manter o seu funcionamento	Jan/06-Mar/06	- CMV – DAS - ADICE	- Instituições públicas e privadas
6.3.1 – Elaboração de estudo sobre o fenómeno	Nov/05-Mar/06	- CMV – DAS - ADICE	- Forças de Segurança - APAV - CIDM - IRS - Tribunal - Outras instituições que lidam com a problemática
OBJ. ESPECÍFICO 7: ATÉ FINAL DE 2006, CONHECER AS ESPECIFICIDADES DA PROBLEMÁTICA DO ALCOOLISMO E TOXICODEPENDÊNCIA DO CONCELHO			
7.1.1 – Efectuar estudo sobre a problemática do alcoolismo e toxicodpendência no Concelho	Out/05-Mar/06	- CMV – DAS	- IDT - CAT - CRAN - Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde
7.1.2 – Efectuar candidatura ao Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodpendências	Abril 06	- CMV – DAS	- IDT – CAT - CRAN - Associação Projecto Vida do Concelho de Valongo
7.2.1 – Divulgação dos Grupos de Auto-ajuda nas problemáticas adictivas existentes no Concelho	Out/05-Nov/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
7.3.1 – Conclusão da construção da Comunidade de Inserção	Outubro 05	- ADICE	
7.3.2 – Abertura da Comunidade de Inserção	Outubro 05	- ADICE	- Segurança Social
7.3.3 – Divulgação da Comunidade de Inserção	Outubro 05	- ADICE	- CMV - DAS - IDT – CAT - Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde
Eixo III – Serviços, Respostas e Equipamentos Sociais			
OBJ. ESPECÍFICO 1: ATÉ FINAL DE 2006, ATINGIR A TAXA DE COBERTURA DE 16,5% EM EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS PARA CRIANÇAS COM IDADE INFERIOR A 3 ANOS			
1.1.1 – Criação e Implementação do Programa de Amas na freguesia de Alfena	Jan/06-Dez/06	- Segurança Social	- CMV – DAS - IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
1.1.2 Inventariação dos espaços físicos aptos ao alargamento da valência creche na Rede Solidária	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
1.1.3 – Análise das listas de espera das diferentes instituições	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
1.1.4 – Criação/alargamento de salas de creche (rede solidária)	Jun/06-Dez/06	- IPSS's	- Segurança Social
1.1.5 - Alargamento do n.º de acordos de cooperação	Jun/06-Dez/06	- Santa Casa da Misericórdia	
OBJ. ESPECÍFICO 2: ATÉ FINAL DE 2006, AUMENTAR PARA 80% A TAXA DE COBERTURA DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			
2.1.1 - Reuniões com IPSS's, Misericórdia e Jardins de Infância públicos	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social e Sector de Ensino	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
2.1.2 – Análise das listas de espera das diferentes instituições	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia - CMV – Sector de Ensino
2.1.3 – Inventariação dos espaços físicos aptos ao alargamento	Jan/06-Dez/06		
2.1.4 Criação/alargamento de salas de educação pré-escolar (rede pública e solidária)	Jun/06 -Dez/06	- CMV – Sector de Ensino - IPSS's - Santa Casa da Misericórdia	- Segurança Social - Ministério da Educação

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
OBJ. ESPECÍFICO 4: INOVAR E AUMENTAR O N.º DE RESPOSTAS PARA IDOSOS, AJUSTADAS ÀS NECESSIDADES DE CADA FREGUESIA			
4.1.1 - Reuniões com IPSS's, Misericórdia e Segurança Social	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia - Segurança Social
4.1.2 - Análise das listas de espera das diferentes instituições	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
4.1.3 – Alargamento do n.º de acordos de cooperação para Serviço de Apoio Domiciliário	Jan/06 -Dez/06	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia	- Segurança Social
4.2.1 – Efectuar levantamento das necessidades dos utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, bem como das pessoas em lista de espera	Dez/05-Mar/06	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia	
4.2.2 - Divulgação de experiências existentes em outros Concelhos	Nov/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia
4.2.3 – Implementação do funcionamento do SAD ao fim-de-semana e noite nas freguesias Campo e Sobrado	Abr/06-Jun/06	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia	- Segurança Social
4.3.1 – Construção do Centro de Noite em Campo	A definir	- Centro Paroquial e Social S. Martinho de Campo	
4.3.2 – Divulgação do Centro de Noite	A definir	- Centro Paroquial e Social S. Martinho de Campo	
4.3.3 – Estabelecimento de acordos de cooperação	A definir	- Centro Paroquial e Social S. Martinho de Campo - Segurança Social	
4.4.1 - Analisar a possibilidade de instalação de serviço de Telealarme no Concelho	Jan/06-Mar/06	- CMV – Gabinete da Rede Social ou DAS	- IPSS's - Santa Casa da Misericórdia de Valongo - Bombeiros - PSP - Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
OBJ. ESPECÍFICO 5: AUMENTAR AS ESTRUTURAS/RESPOSTAS DE APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS NO CONCELHO			
5.1.1 – Divulgação das valências	Outubro 05	- Centro Social e Paroquial de Alfena - Segurança Social	
5.1.2 – Abertura das valências	Outubro 05	- Centro Social e Paroquial de Alfena - Segurança Social	
5.2.1 – Integração dos utentes no CAO	Outubro 05	- Centro Social e Paroquial de Alfena	- Segurança Social
5.3.1 – Integração dos utentes na Residência	Outubro 05	- Centro Social e Paroquial de Alfena	- Segurança Social
5.4.1 – Efectuar levantamento dos apoios na área da deficiência	Out/05-Dez/05	- CMV - DAS	- Instituições que prestam apoio nesta área
5.4.2 – Divulgar brochura com apoios à deficiência	Jan/06-Mar/06	- CMV - DAS	- Instituições que prestam apoio nesta área
OBJ. ESPECÍFICO 7: CRIAR UMA UNIDADE DE APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO NO CONCELHO			
7.1.1 – Reuniões com IPSS's, Hospital de Valongo, Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde e Segurança Social	Junho 06	- CMV – Gabinete da Rede Social	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde – Hospital de Valongo - IPSS's / Santa Casa da Misericórdia de Valongo; - Segurança Social;
7.1.2 – Candidatura ao Saúde XXI	Setembro 06	- IPSS's ou Santa Casa da Misericórdia de Valongo	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde – Hospital de Valongo
7.1.3 – Estabelecimento de protocolo entre IPSS ou Misericórdia, Segurança Social e Hospital/Centro de Saúde, nos termos do Dec. Lei 281/2003	Setembro 06	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde – Hospital de Valongo - IPSS's/ Santa Casa da Misericórdia de Valongo; - Segurança Social;	
7.2.1 – Efectuar levantamento do n.º de dependentes a necessitar da prestação de cuidados continuados	Mar/06-Jun/06	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde/ Hospital de Valongo - Instituições que prestam SAD	- Instituições com Técnicos de Intervenção Social
7.2.2 – Prestação do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado a X% dos utentes identificados	Dezembro 06	- IPSS's ou Santa Casa da Misericórdia de Valongo	- Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde/ Hospital de Valongo - Segurança Social

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
Eixo IV - Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional			
OBJ. ESPECÍFICO 1: IMPLEMENTAR UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL INTEGRADO (SASI) NO CONCELHO			
1.1.1 - Reuniões com instituições com técnicos de Intervenção Social e com a Segurança Social	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social e DAS - Segurança Social	- Instituições com técnicos de Intervenção Social
1.1.2 – Divulgação da experiência existente em Famalicão e Matosinhos	Novembro 05	- CMV – Gabinete da Rede Social e DAS	- Instituições parceiras no CLAS
1.1.3 - Criação de um projecto piloto do SASI nas freguesias Alfena e Ermesinde	Out/05-Dez/05	- Instituições com técnicos de Intervenção Social - CMV – DAS - Segurança Social	
1.1.4 - Celebração de protocolos de colaboração entre as diferentes instituições e o CDSS	Out/05-Dez/05	- Instituições com técnicos de Intervenção Social - CMV - DEASD Segurança Social	
1.2.1 – Levantamento dos processos de RMG/RSI sem planos de inserção	Outubro 2005	- Segurança Social	
1.2.2. – Reuniões com instituições que têm protocolos com a Segurança Social no âmbito das equipas para trabalhar processo de RMG/RSI	Out/05-Dez/05	- CMV – Gabinete da Rede Social e DAS - Segurança Social	- Instituições que têm protocolos com a Segurança Social no âmbito das equipas para trabalhar processo de RMG/RSI
1.2.3 – Distribuição de processos pelos técnicos afectos ao SASI	Jan/06-Mar/06	- Segurança Social - Técnicos do SASI	
OBJ. ESPECÍFICO 4: EM FINAIS DE 2006 ESTÁ IMPLEMENTADO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
4.1.1 - Disponibilização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social na página de Internet da CMV	Out/05-Nov/05	- CMV – Gabinete da Rede Social e SMAI	
4.2.1 – Constituição de bateria de indicadores	Mar/06-Set/06	- CMV – Gabinete da Rede Social - Técnicos do Núcleo Executivo	
4.2.2 - Actualização periódica dos dados relativos aos indicadores	Ao longo do ano	- CMV – Gabinete da Rede Social - Técnicos do Núcleo Executivo	- Instituições Concelhias
4.2.3 – Disponibilização dos dados actualizados na página de Internet da CMV	Outubro 05	- CMV – Gabinete da Rede Social e SMAI	

Actividades	Cronograma	Parceiros Responsáveis	Parceiros a envolver
4.3.1 - Edição do Guia de Recursos Local	Outubro 05	- CMV - Gabinete da Rede Social e DEASD	- Instituições Concelhias
4.3.2 - Organização de uma Feira "Quem é Quem"	Setembro 2006	- CMV - Gabinete da Rede Social e DEASD	- Instituições Concelhias
OBJ. ESPECÍFICO 5: EM FINAIS DE 2006 ESTÁ CRIADA UMA BOLSA DE VOLUNTARIADO			
5.1.1 – Identificação das necessidades das Instituições a complementar por voluntários	Out/05-Dez/05	- CMV – DAS	- Parceiros no CLAS
5.1.2 – Criação de equipa multidisciplinar responsável pela gestão da Bolsa de Voluntários	Dezembro 05	- CMV – DAS	- Parceiros no CLAS
5.1.3 – Recrutamento e selecção de voluntários	Jan/06-Mar/06	- Equipa Multidisciplinar	- Parceiros no CLAS
5.2.1 Realização de acções de formação para voluntários	Mai/06-Jun/06	- CMV – DAS - IPSS's - Santa Casa da Misericórdia	- Instituições que desenvolvem ou possam desenvolver formação nesta área
OBJ. ESPECÍFICO 6: 30% DOS TÉCNICOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CONCELHO APROFUNDAM CONHECIMENTOS NAS ÁREAS DAS TIC, CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO E/OU VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
6.1.1 – Levantamento e divulgação junto dos técnicos das acções de formação a desenvolver nestas áreas	Out/05-Dez/05	- CMV - DAS	- CMV – DGO - CIDM - CDSS - Centro de Emprego de Valongo - Entidades formativas
6.1.2 – Selecção dos técnicos para as acções de formação	Janeiro 06	- CMV – DGO - CIDM - CDSS - Centro de Emprego de Valongo - Entidades formativas	
6.1.3. – Efectuar candidatura à medida 5.1. do POEFDS (acção 5.1.2.3. – Formação e Qualificação de agentes de desenvolvimento comunitário)	No período de aberturas das candidaturas	- Entidades Formativas	

V. INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÃO

INDICADORES DE QUALIDADE

Sendo competência do Conselho Local de Acção Social de Valongo a "Emissão de parecer sobre a cobertura equitativa e adequada do Concelho por serviços e equipamentos sociais" e "Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais e/ou internacionais, fundamentados no Diagnóstico Social e no Plano de Desenvolvimento Social", conforme o Regulamento, revelou-se de extrema importância o estabelecimento de critérios para avaliar os projectos apresentados ao CLAS. De salientar que a existência de uma grelha de critérios para a emissão de pareceres torna este processo mais objectivo, coerente e credível e constitui-se como um instrumento fundamental na monitorização da qualidade dos processos.

A elaboração desta grelha de critérios prende-se não só com a emissão de pareceres mas também, e sobretudo, com **qualidade das intervenções**. O objectivo é contribuir para a qualificação da intervenção, pois, divulgando os critérios, contribui-se para que as entidades os conheçam "à priori" e adequem a sua intervenção, contribuindo inequivocamente para a qualificação da intervenção.

Apresenta-se de seguida uma grelha de critérios a considerar na análise técnica para a emissão de pareceres e respectivo regulamento, bem como pistas para a operacionalização de cada critério.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE VALONGO
GRELHA DE CRITÉRIOS A CONSIDERAR NA ANÁLISE TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE PARECERES

Pedido apresentado por _____ no
 dia ____/____/____ sobre _____
 Lista de documentos apreciados: _____

Critérios	Operacionalização	Ponderação	Pontuação atribuída
1. Articulação dos Objectivos do Projecto com o Diagnóstico Social/ Plano de Desenvolvimento Social	Sem informação Não se aplica	3	
	1.1 Os objectivos do projecto/candidatura enquadram-se nos problemas identificados e nas necessidades definidas no Diagnóstico Social do Concelho? Sim, na globalidade.....4 Sim, parcialmente.....2 Não..... 0		
	1.2 Em que grau de prioridades identificada no diagnóstico e/ou PDS se encontram a maioria dos objectivos do projecto/candidatura? Prioridade I..... 4 Prioridade II 4 Prioridade III 2 Prioridade IV1 Sem enquadramento nas prioridades... 0		
2. Equidade	Sem informação Não se aplica	2	
	2.1 O projecto/candidatura contribui para uma distribuição territorial que permite uma maior igualdade no acesso da população aos serviços/equipamentos? Sim..... 4 Não.....0		
3. Participação	Sem informação Não se aplica	2	
	3.1 O projecto/candidatura prevê a participação activa de outras entidades, especificando formas de partilha de recursos (humanos/materiais)? Sim 4 Não 0		
	3.2 O projecto/candidatura prevê a participação dos destinatários do mesmo, na concepção, dinamização e avaliação das acções? Sim, em todas as fases..... 4 Sim, em algumas das fases.....2 Não..... 0		
4. Sobreposição	Sem informação Não se aplica	2	
	4.1 O projecto/candidatura em análise vem sobrepor-se, nos seus objectivos e/ou acções previstas, a algum outro existente? Sim.....0 Não..... 4		

5. Complementaridade	Sem informação Não se aplica		1	
	5.1	O projecto/candidatura prevê relações de complementaridade com outros projectos/respostas existentes? Sim.....4 Não..... 0		
6. Sustentabilidade	Sem informação Não se aplica		2	
	6.1	O projecto/candidatura define estratégias que assegurem a continuidade sustentada da intervenção face ao fim do financiamento? Sim..... 4 Não..... 0		
7. Valorização dos recursos locais	Sem informação Não se aplica		1	
	7.1	O projecto/candidatura prevê a utilização de recursos e/ou potencialidades do concelho? Sim.....4 Não.....0		
8. Qualificação dos recursos	Sem informação Não se aplica		2	
	8.1	O projecto/candidatura contempla acções que visem a qualificação de recursos humanos? Sim.....4 Não.....0		
9. Divulgação de informação	Sem informação Não se aplica		1	
	9.1	O projecto/candidatura prevê formas de divulgação de informação respeitante ao seu desenvolvimento? Sim.....4 Não.....0		
10. Avaliação	Sem informação Não se aplica		2	
	10.1	Os objectivos são formulados de forma a serem mensuráveis, realistas e temporalizados? Sim na globalidade.....4 Sim, parcialmente.....2 Não.....0		
	10.2	O projecto/candidatura prevê avaliação? Sim.....4 Não.....0		
TOTAL				

Com **quatro** critérios sem informação - Não é possível emitir parecer;

Pontuação entre 0 e 49 pontos - Parecer Desfavorável;

Pontuação entre 50 e 100 pontos – Parecer Favorável;

Parecer

Não é possível emitir parecer

Parecer Desfavorável

Parecer Favorável

Parecer emitido no dia ____/____/____, pelo Núcleo Executivo, com competências delegadas pelo CLAS

PISTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS

CRITÉRIO 1. ARTICULAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PROJECTO COM O DIAGNÓSTICO SOCIAL/ PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1.1. Verificar se os objectivos definidos no projecto vêm colmatar os problemas identificados e necessidades definidas no Diagnóstico Social.

1.2. Analisar se os objectivos do projecto se enquadram face aos problemas priorizados no Diagnóstico Social ou Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

CRITÉRIO 2. EQUIDADE

2.1. Analisar se o projecto contribui para um maior equilíbrio na distribuição geográfica de serviços/equipamentos de forma a responder às necessidades da população residente nas diferentes freguesias.

CRITÉRIO 3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Verificar se estão previstas formas de partilha de recursos ou se o projecto se limita a referir um conjunto de parceiros.

3.2. Avaliar se o projecto contempla a participação efectiva dos destinatários na concepção, dinamização e avaliação das acções.

CRITÉRIO 4. SOBREPOSIÇÃO

4.1. Verificar se existe no concelho algum tipo de resposta com objectivos ou acções semelhantes, dirigida aos mesmos destinatários.

CRITÉRIO 5. COMPLEMENTARIDADE

5.1. Pretende-se valorizar os projectos/candidaturas que prevêm uma intervenção articulada com outras respostas existentes (ou candidaturas em curso).

CRITÉRIO 6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Capacidade de continuar a responder às necessidades existentes de forma sustentada após o término do financiamento.

CRITÉRIO 7. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS LOCAIS

7.1. Utilização de recursos e potencialidades locais, como por exemplo, o aproveitamento de salas/edifícios que estejam total ou parcialmente desaproveitados.

CRITÉRIO 8. QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. Existência de acções de formação ou outras formas de qualificação das equipas técnicas envolvidas, exceptuando-se a mais valia de experiência profissional inerente à colaboração no próprio projecto.

CRITÉRIO 9. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

9.1. Definição de mecanismos/procedimentos com o objectivo de divulgar, à população e às instituições, as acções realizadas e/ou informação produzida no decorrer do projecto.

CRITÉRIO 10. AVALIAÇÃO

10.1. Verificar se os objectivos do projecto estão formulados de forma a serem mensuráveis (qualitativa ou quantitativa) e se estão datados no tempo, por forma a facilitar a avaliação.

10.2. Verificar se está prevista a avaliação do projecto/candidatura.

REGULAMENTO

Artigo 1º - O Plenário do CLAS de Valongo delega no Núcleo Executivo a competência para Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais e/ou internacionais, fundamentados no Diagnóstico Social e no Plano de Desenvolvimento Social e para a Emissão de parecer sobre a cobertura equitativa e adequada do Concelho por serviços e equipamentos sociais, revogando o previsto nas alíneas e) do ponto 1 e 2 do artigo 9º do Regulamento Interno.

Artigo 2º - O pedido de parecer deverá ser solicitado por ofício dirigido ao Presidente do CLAS e enviado para DEASD – Av. 5 de Outubro, 360 – 4440-503 Valongo. Este pedido deverá ser acompanhado de toda a informação e documentação relevante para a análise do projecto.

Artigo 3º - O Núcleo Executivo reúne com quórum analisa o processo e elabora o parecer com base na aplicação da grelha de critérios.

Artigo 4º - Em caso de incompatibilidade de algum membro do Núcleo Executivo, este não pode participar na reunião técnica para emissão do parecer.

Artigo 5º - Os pareceres serão classificados nos seguintes termos: "Não é possível emitir parecer" se quatro dos critérios não puderem ser classificados por ausência de informação; "Parecer Desfavorável" se a pontuação obtida se situar entre os 0 e os 49 pontos; "Parecer Favorável" se a pontuação obtida se situar entre os 49 e os 100 pontos.

Artigo 6º - A grelha de critérios tem a vigência do período do Plano de Desenvolvimento em vigor, podendo anualmente proceder-se à revisão e actualização dos critérios.

Artigo 7º - Poderão ser sempre solicitados novos pareceres, no seguimento das recomendações do parecer e com base em novas fontes de verificação.

Artigo 8º - A emissão de pareceres entra em vigor após aprovação e divulgação do Plano de Desenvolvimento Social 2005-2008

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação constitui uma componente intrínseca do processo de planeamento, pois acompanha o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, podendo ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria.

Deve ser encarada como um momento de reflexão e um instrumento imprescindível para o planeamento de intervenções posteriores e para o próprio replaneamento do PDS, identificando pontos de reforço ou reorientação das acções. A avaliação não tem a função de fiscalizar, nem de apontar e punir culpados, mas sim de contribuir para tornar mais transparentes as intervenções e tornar possível a replicação das “boas práticas” na área da intervenção para o desenvolvimento social.

A avaliação assume-se assim como um conjunto de procedimentos destinados a julgar os méritos de uma intervenção e a fornecer informação sobre os seus fins, a sua gestão e funcionamento, as suas expectativas, os seus resultados, os seus impactos e os seus custos.

Neste contexto, a avaliação é utilizada para :

- medir os resultados das acções;
- ajudar nas tomadas de decisão;
- identificar as condições de sucesso e os aspectos críticos das intervenções – ajudando a melhorá-las;
- otimizar a utilização de recursos;
- aprofundar a cidadania, ajudando a divulgar resultados, a assumir compromissos e a atribuir responsabilidades.

A avaliação do Plano de Desenvolvimento Social de Valongo e do Plano de Acção tem em conta as seguintes critérios de avaliação:

- **Relevância:** Adequação dos objectivos aos problemas a dar resposta e ao contexto em que se enquadra;
- **Eficiência:** Relação entre os resultados alcançados e o seu custo, ou seja, como os inputs/meios foram convertidos em actividades e a qualidade dos resultados;
- **Eficácia:** A contribuição dada pelos resultados para alcançar o objectivo específico, tendo em conta a forma como os factores externos afectaram a execução do projecto;
- **Impacto:** O efeito das intervenções o seu ambiente mais alargado e a sua contribuição para alcançar o objectivo estratégico;
- **Sustentabilidade:** Avaliação de se os benefícios produzidos pelo projecto continuam a verificar-se

O modelo de avaliação a utilizar é a **avaliação interna** e, no que respeita ao tempo, será um processo que combine a **avaliação on-going** com a **avaliação ex-post**, avaliando no decorrer da operacionalização dos Planos de Acção e após o terminus do Plano de Desenvolvimento Social.

No sentido de permitir e facilitar o processo de avaliação foram definidos, na elaboração do PDS e Plano de Acção, os **indicadores** que vão funcionar como elementos de verificação, permitindo avaliar o cumprimento dos diferentes critérios.

Além disso, foram tidos em consideração os critérios de definição dos objectivos, designadamente o facto de serem **datados no tempo, mensuráveis, claros e precisos**, o que facilita o processo de avaliação.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA (2004). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Braga*

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (2004). *Plano de Desenvolvimento Social*

CÂMARA MUNICIPAL DE FAMILICÃO (2004). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Nova de Famalicão*

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Valongo*

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO (2005). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vieira do Minho*

EUROPEAN COMMISSION (2004). *Project Cycle Management Guidelines – Volume 1*, Bruxelas. Comissão Europeia.

II Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2003-2006. Acedido em: 22/11/2004 em www.portugal.gov.pt

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010: Orientações Estratégicas*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA (2004). *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*. Instituto da Segurança Social, I.P.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2003). *Plano Nacional de Emprego 2003-2006*.

NÚCLEO DA REDE SOCIAL (2001). *Programa Rede Social*. Instituto para o Desenvolvimento (IDS)/Ministério do Trabalho e Solidariedade.

NÚCLEO DA REDE SOCIAL (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS)/Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005. Acedido em: <http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/pnai.php>

SCHIEFER, U., Dobel, R. (2001). *MAPA-PROJECT. A Practical Guide to Integrated Project Planning and Evaluation*. Budapest. OSI-IEP.

ANEXOS

LISTA DE ENTIDADES PARCEIRAS DO CLAS DE VALONGO

Entidade	Morada	Data Adesão
AADEVA- Associação de Apoio ao Deficiente de Valongo	Bairro das Pereiras, Bloco 3 – Garagem 23 4440–503 Valongo	Julho 2003
ADICE- Associação para o Desenvolvimento Integrado Cidade de Ermesinde	Rua Miguel Bombarda, 440 4445–509 Ermesinde	Julho 2003
Agrupamento de Escolas de Alfena	EB23 de Alfena Rua Senhora da Piedade 4445-150 Alfena	Julho 2003
Agrupamento Horizontal de Escolas de Susão	Rua da Escola Nova 4440-552 Valongo	Junho 2005
Agrupamento Vertical de Escolas de Campo	Travessa Padre Américo 4440-201 Campo VLG	Abril 2005
Agrupamento Vertical de Escolas de D. António Ferreira Gomes, Bela e Sampaio	Rua Senhor dos Aflitos – Travagem 4445-600 Ermesinde	Abril 2005
Agrupamento Vertical de S. Lourenço	Rua da Escola da Costa 4445-420 Ermesinde	Abril 2005
Agrupamento Vertical Vallis Longus	Rua das Pereiras 4440-584 Valongo	Abril 2005
Associação das Obras Sociais de São Vicente Paulo - Campo	Paróquia de Campo 4440 Campo	Julho 2003

Entidade	Morada	Data Adesão
Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde	R. Mário Pais de Sousa 4445-507 Ermesinde	Julho 2003
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde	Rua 5 de Outubro, 1002 4445-310 Ermesinde	Julho 2003
Associação MAPA – Mulheres a Preparar o Amanhã	Rua da Gestosa, s/n 4440 Campo VLG	Abril 2004
Associação para o Desenvolvimento do Susão	Rua da Quelha, 160 4440 Valongo	Setembro 2005
Associação Projecto Vida do Concelho de Valongo	Av. 5 de Outubro, 160 4440-503 Valongo	Julho 2003
Associação Promoção Social do Calvário	Travessa do Calvário, 75 4440-197 Campo	Julho 2003
Câmara Municipal de Valongo	Av. 5 de Outubro, 160 4440-503 Valongo	Julho 2003
Casa do Povo de Ermesinde	Largo 1º de Maio, 15 4445-306 Ermesinde	Julho 2003
Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde	Rua da Misericórdia 4440 Valongo Rua Egas Moniz 4445 Ermesinde	Julho 2003
Centro Paroquial e Social de S. Martinho de Campo	Rua Padre António Vieira, 30/50 4440-151 Campo	Julho 2003

Entidade	Morada	Data Adesão
Centro Social de Ermesinde	Rua Rodrigues de Freitas, 2200 4445-637 Ermesinde	Julho 2003
Centro Social e Paroquial St.º André de Sobrado	Rua Padre Agostinho Freitas, 88 4440-317 Sobrado	Julho 2003
Conferência Masculina de São Mamede de Valongo	Rua do Portal, 12 4440 Valongo	Julho 2003
Conferência S. Vicente de Paulo - St.º André de Sobrado	Rua do Alambique, 230 4440 Sobrado	Abril 2005
Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente de Valongo	Rua Dias Oliveira, 64 4444 Valongo	Julho 2003
Equipa de Coordenação de Apoios Educativos de Porto D-Valongo	E.B.2.3 Padre Américo 4440-201 Campo VLG	Julho 2003
Escola Secundária com 3.º Ciclo EB de Valongo	Rua Visconde Oliveira do Paço 4440-708 Valongo	Abril 2005
Escola Secundária de Ermesinde	Escola Secundária de Ermesinde Praceta D. António Ferreira Gomes 4445-398 Ermesinde	Julho 2003
FAPEVAL – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Valongo	Rua Visconde Oliveira do Paço 4440-708 Valongo	Abril 2005
GNR	Posto da GNR Rua Escola da Igreja 4440-050 Campo VLG	Julho 2003

Entidade	Morada	Data Adesão
Hospital N. ^a Sr. ^a da Conceição de Valongo	Rua da Misericórdia 4440-563 Valongo	Julho 2003
IDT – CAT de Gondomar	Rua Caminho Pevidal, R/Ch S. Cosme 4420 - Gondomar	Junho 2005
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Centro de Emprego de Valongo	Rua Conde Ferreira, 256 4440 Valongo	Julho 2003
Instituto de Reinserção Social – Equipa de Gondomar	Rua Nossa Senhora de Fátima, 14 4420-214 Gondomar	Julho 2003
Instituto de Segurança Social , I.P.– Centro Distrital de Segurança Social do Porto	Rotunda 1.º de Maio 4440 Valongo	Julho 2003
IPJ - Delegação Regional do Porto	Rua Rodrigues Lobo, 98 4150-638 Porto	Abril 2005
Junta de Freguesia de Alfena	Rua S. Vicente 4445-210 Alfena	Julho 2003
Junta de Freguesia de Campo	Rua de Morais 4440-131 Campo VLG	Julho 2003
Junta de Freguesia de Ermesinde	Trav. Dr. Luís Ramos, 50 4445-410 Ermesinde	Julho 2003
Junta de Freguesia de Sobrado	Rua S. João de Sobrado, 2251 4440-339 Sobrado	Julho 2003

Entidade	Morada	Data Adesão
Junta de Freguesia de Valongo	Largo do Centenário 4440-508 Valongo	Julho 2003
Lar Marista de Ermesinde	Rua de Sonhos, 360 4445-605 Ermesinde	Julho 2003
Profival – Ensino e Formação Profissional, Lda.	Rua do Campelo, s/n Apartado 26 4444-909 Sobrado	Julho 2003
Rotary Clube de Ermesinde	Apartado 1084 4446 Ermesinde Codex <u>Correspondência:</u> Praceta Manuel Regado Júnior, 64, 1º Dt.º 4425-124 Águas Santas	Novembro 2003
Santa Casa da Misericórdia de Valongo	Rua Rainha Santa Isabel, 30 4440-569 Valongo	Julho 2003